
ARTICULANDO RESISTÊNCIAS NO SUL GLOBAL: EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS CAMPONESES, SINDICATOS RURAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.



OBSERVATÓRIO
BRASIL E O SUL

COORDENAÇÃO

Articulação Sul | Observatório Brasil e o Sul

Melissa Pomeroy
Daniel Martins Silva

COLABORAÇÃO

Catiane Cinelli
Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
Iridiane Seibert
Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
Elvio Motta
*Federação Nacional dos Trabalhadores e
Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)*

Diana Aguiar
*Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional (FASE)*

Guilherme Carvalho
*Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional (FASE)*

Gilberto Schneider
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Nathalie Beghin
Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC)

Maria Elena Rodriguez
*Instituto Brasileiro de Análises Sociais
e Econômicas (IBASE)*

Wilson Clementino
*Confederação Nacional dos Trabalhadores
na Agricultura Familiar (CONTAG)*

Leia Oliveira
*Confederação Nacional dos Trabalhadores
na Agricultura Familiar (CONTAG)*

Nemo de Andrade do Amaral
*Confederação Nacional dos Trabalhadores na
Agricultura Familiar (CONTAG)*

Julianna Malerba
*Federação de Órgãos para Assistência Social e
Educativa (FASE) e Rede Brasileira de Justiça
Ambiental (RBJA)*

Renato Maluf
*Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional (FBSSAN)*

Juliana Casemiro
*Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional (FBSSAN)*

PROJETO GRÁFICO

Teo Menna

AGRADECIMENTOS

Joana Amaral
Milton Rondó
Itamaraty

Israel Klug
PAA Africa

APOIO

Oxfam Brasil



São Paulo-SP,
Dezembro de 2016

Observatório Brasil e o Sul
www.obs.org.br
facebook.com/brasileosul

Centro de Estudos e Articulação da
Cooperação Sul-Sul.
Avenida Doutor Arnaldo, 1566
+5511 5643-0702
www.articulacaoosul.org



1. INTRODUÇÃO	04	2.3 PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS INSTITUCIONALIZADOS	32
2. INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DOS MOVIMENTOS CAMPONESES, SINDICATOS RURAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS	07	Reunião Especializada de Agricultura Familiar Regional do Mercosul	33
2.1. ARTICULAÇÃO EM REDE	11	GT de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da CELAC	34
Plataforma de Camponeses da Comunidade de Países de Língua Portuguesa	12	Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	35
Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição	13	Mecanismo Internacional de Sociedade Civil sobre Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas	36
Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.	14	Engajamento no Conselho de Governadores do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	37
Comitê Internacional de Planificação pela Soberania Alimentar	15	Grupo de Trabalho Internacional - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	38
União Internacional dos Trabalhadores da Agricultura	16	2.4 DIÁLOGO E FORMAÇÃO	39
Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo	17	Fórum Social Pan Amazônico	40
Via Campesina	18	Diálogo dos Povos	41
Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul	19	Fórum Rural Mundial	42
Rede Regional da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP	20	Fórum Internacional Andino Amazônico de Desenvolvimento Rural Sustentável	43
2.2 PROJETO DE COOPERAÇÃO	21	Oficina Regional sobre Agricultura Familiar e Acesso aos Contratos de Compras Públicas	44
Implantação dos Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação em Agricultura Familiar na África do Sul e Moçambique	22	Fórum Social Mundial	45
Instituto Universitário Latino-Americano de Agroecologia	23	Curso Nacional de Sementes Crioulas do MPA	46
Brigada Dessalines	24	2.5 CAMPANHAS	47
Recuperação, reprodução e manutenção de sementes nativas	25	Campanha Internacional “Não ao ProSavana”	48
Cooperação agrícola com a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America	26	Campanha em defesa de Yasuni	49
Intercâmbio no Programa de Formação de Líderes Rurais em Gestão Territorial	27	Campanha Global para “Desmantelar o Poder Corporativo”	50
Viagem de intercâmbio à Cuba	28	“Chevron Toxico”	51
Intercâmbio com o “Coordinador Nacional Agrario de Colombia”	29	“Sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade”	52
Intercâmbio em resgate e produção de sementes crioulas no Paraguai	30	3. REFLEXÕES FINAIS	53
Participação no Programa PAA África (Purchase from Africans for Africa)	31	3.1 DESAFIOS	54
		3.2 APRENDIZADOS	55
		4. DOCUMENTOS E SITES DE REFERÊNCIA	56



1. INTRODUÇÃO

A passagem para a redemocratização do Brasil pluralizou a longa marcha do campesinato brasileiro. Atores de diferentes formações históricas passaram a constituir uma agenda de luta comum que inclui principalmente a defesa da agricultura familiar, a reforma agrária e a soberania alimentar. Outro aspecto crucial que marca o perfil dos movimentos camponeses e organizações brasileiras é o intenso engajamento transnacional. Isso quer dizer, envolvimento em redes e campanhas regionais e internacionais da sociedade civil, em espaços intergovernamentais de concertação e desenvolvimento de projetos de cooperação junto a países do Sul global.

Ao atuarem coletivamente, atores da sociedade civil brasileira ligada ao campo fortalecem suas agendas políticas nas dimensões global, regional e nacional. Projetos de intercâmbio de conhecimento também não estão desvinculados da luta por um desenvolvimento rural alternativo, a medida que as experiências compartilhadas consolidam novas práticas e difundem outra visão sobre a produção agrícola e o uso da terra.

Apesar de suas singularidades, os movimentos e organizações do campo enfrentam problemas e desafios muito semelhantes, sobretudo se consideramos que os projetos de desenvolvimento econômico em diferentes países seguem um padrão que privilegia ao mercado e a lucratividade. Sendo assim, os conflitos agrários, a concentração de terras, a presença das mineradoras e barragens em territórios de povos tradicionais, o avanço dos transgênicos, o monocultivo voltado para exportação e o avanço das corporações transnacionais são características de um sistema expropriador verificadas na América Latina, África e Ásia.

Atuar fora das fronteiras não é um trabalho momentâneo ou uma tática. A ação política dos movimentos e organizações sociais ligadas ao campo acontece em diferentes escalas (local, nacional, regional e internacional) o tempo todo, de modo a constituir estratégias comuns de luta. Atualmente, poucos dados sistematizam as experiências realizadas pela sociedade civil brasileira nesta arena. Há lacunas em questões substanciais acerca das estratégias, alcance geográfico, desafios, aprendizados e resultado das atividades desenvolvidas por movimentos e organizações da sociedade civil na dimensão internacional.



Neste sentido, a brochura tem como objetivo visibilizar o trabalho desenvolvido por estes movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais (ONGs) em suas lutas pelo direito à terra e à alimentação adequada. Com isso, também visamos o fortalecimento da participação social na política externa brasileira, bem como a difusão de princípios e práticas da sociedade civil para outros atores envolvidos e afeitos à cooperação para o desenvolvimento.

As iniciativas coletadas nesta brochura refletem a disputa política posta na agenda rural do Brasil. Em linhas gerais, o conflito expõe duas concepções distintas. Por um lado estão os interesses do agropênjcio (representados por grandes grupos empresariais nacionais e transnacionais e suas respectivas entidades de classe) que entendem a alimentação como negócio altamente lucrativo e terreno fértil para especulação financeira. Por esta ótica, se impõe a produção monocultora de commodities agrícolas em larga escala (sobretudo os grãos), com uso de agrotóxicos e focada na exportação.

Em outro espectro estão os grupos diretamente impactados pela concentração de terras e pela insegurança alimentar. Nele se encontram os pequenos camponeses, trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais. Na perspectiva dos destes grupos é necessário a promoção da agricultura familiar do Brasil como um modelo para o desenvolvimento do campo, tendo o direito à terra, a agroecologia, a sustentabilidade e o respeito aos saberes e modo de vida tradicionais como pilares fundamentais .

A crítica dos movimentos e organizações tem como referência permanente o debate estrutural do regime econômico capitalista. Assim, as reivindicações da sociedade civil brasileira nesta seara visam não apenas demandas pontuais, mas têm como horizonte a ampliação da justiça social e redução das desigualdades. Como sintoma da globalização econômica, o capital agrário se organiza dissolvendo fronteiras. Através da atuação transnacional, é possível fortalecer ainda mais a linguagem dos direitos – econômicos, sociais e culturais principalmente, para os povos do campo.

A crítica dos movimentos e organizações tem como referência permanente o debate estrutural do regime econômico capitalista. Assim, as reivindicações da sociedade civil brasileira nesta seara visam não apenas demandas pontuais, mas têm como horizonte a ampliação da justiça social e redução das desigualdades.

Durante o governo Lula da Silva (2003-2010) o Brasil dispendeu um montante¹ financeiro considerável para realização de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), nas mais diversas modalidades (técnica, educacional, científica e tecnológica e humanitária) em países do Sul, sobretudo da América Latina e África. No entanto, atores da sociedade civil tiveram uma atuação muito limitada neste processo. Apesar de convites pontuais² por parte do governo para execução de projetos, grande parcela da cooperação prestada pelo Brasil envolveu apenas as experiências governamentais.

Entendemos que a cooperação Sul-Sul³ brasileira não se restringe à iniciativas governamentais, mas também inclui projetos realizados entre atores não estatais. Esta modalidade é um campo fértil de saberes, metodologias e novidades que deveriam ser melhor reconhecidas pela sociedade e pelo Estado brasileiro, inclusive podendo integrar-se ao portfólio governamental de intercâmbio Sul-Sul.

Alguns fatores explicam o distanciamento dos movimentos e organizações na cooperação desenvolvida pelo Brasil. Entre eles está a ausência de institucionalização da participação social em política externa, que não permite engajamento sistêmico e continuado por parte da sociedade civil. Outro aspecto é o peso do princípio da não ingerência, um dos pilares da cooperação Sul-Sul do governo brasileiro. Na interpretação governamental apoiar projetos entre movimentos sociais, sindicatos ou ONGs de outros países poderia configurar interferência nos assuntos domésticos.

¹ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010 – COBRADI. Brasília: IPEA, 2013.

² Para entender melhor o papel da sociedade civil brasileira em projetos de cooperação em países no Sul global ler SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. A Sociedade civil brasileira e a cooperação sul-sul para o desenvolvimento: estudo de caso do Viva Rio no Haiti. Brasília: IPEA, 2014.

³ A cooperação Sul-Sul é regida pelos princípios de 1) solidariedade como fim último (não-associação com interesses comerciais ou lucrativos); 2) cooperação dirigida por demanda do país parceiro; 3) reconhecimento da experiência local e adaptação das experiências brasileiras; 4) não condicionalidade; 5) não interferência em questões domésticas (respeito à soberania nacional e igualdade dos Estados); 7) benefícios mútuos. Ver LEITE, Iara Costa; SUYAMA, Bianca; WAISBICH, Laura Trajber; POMEROY, Melissa. **Brazil's engagement in international development cooperation: The state of the debate**: IDS/Articulação Sul/Cebrap, 2014.



Além disso, no que se refere à cooperação governamental brasileira, dados indicam que o foco das políticas no campo estão majoritariamente voltadas para concretização de empreendimentos que fomentaram o agronegócio e a internacionalização de empresas brasileiras, em detrimento da promoção da agricultura familiar⁴.

Todos estes elementos direcionam nossos esforços para a difusão de informações e reflexões pertinentes sobre as experiências transnacionais dos movimentos e organizações brasileiras vinculadas ao campo, protagonistas de uma disputa política e social que transcende fronteiras. Este material é, portanto, resultado de um processo colaborativo, entre Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), FETRAF-Sul, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e Observatório Brasil e o Sul (OBS).⁵

Na próxima sessão, apresentamos uma seção contendo 37 iniciativas classificadas em a) articulação em rede; b) campanhas transnacionais; c) participação em espaços decisórios; d) execução de projetos de intercâmbio; e) participação em espaços de diálogo e formação política. Para cada iniciativa encontram-se registrados objetivos, estratégias de ação utilizadas, uma breve descrição das atividades desenvolvidas, países e parceiros envolvidos, principais temáticas e resultados.

⁴ Conclusões baseadas a partir do cruzamento de dados disponibilizados pelo relatório da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), de 2013. MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA COM A ÁFRICA NO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO: uma política coerente com o desenvolvimento?. Caderno CRH, v. 29, n. 76, 2016.

⁵ Realizamos uma oficina que reuniu algumas organizações para debate sobre aprendizados e desafios (“Movimentos Camponeses Brasileiros e o Sul Global”, no dia 20 de janeiro de 2016 no Rio de Janeiro, RJ). Além disso, pesquisa de dados e entrevistas foram realizadas. As informações contidas nas fichas de cada experiência foram validadas por todos movimentos e organizações, exceto as informações sobre a campanha “Sementes patrimônio da humanidade” e o projeto “Brigada Dessalines”, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Essas experiências foram indicadas pelos movimentos participantes da oficina.

Todos estes elementos direcionam nossos esforços para a difusão de informações e reflexões pertinentes sobre as experiências transnacionais dos movimentos e organizações brasileiras vinculadas ao campo, protagonistas de uma disputa política e social que transcende fronteiras.

Na última parte da brochura trazemos reflexões sobre os desafios e os aprendizados dos movimentos camponeses, sindicatos rurais e ONGs brasileiras nas suas diversas ações internacionais associadas às questões do campo. Não pretendemos oferecer respostas concluídas, mas apontar reflexões fundamentados nas evidências qualitativas coletadas ao longo do processo e ressaltar riqueza e o legado do engajamento transnacional destes atores.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura!



2.

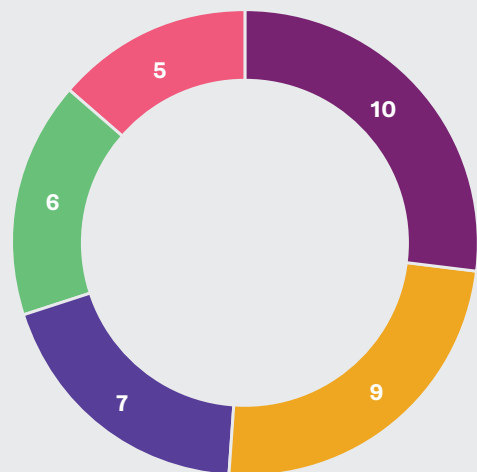
INICIATIVAS DE RESISTÊNCIAS NO SUL GLOBAL DOS MOVIMENTOS CAMPONESES, SINDICATOS RURAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS



No total de experiências levantadas estão em maior número os projetos de cooperação com outros atores da sociedade civil no Sul global e as articulações em rede (Gráfico 1).⁶

Gráfico 1.

NATUREZA DAS INICIATIVAS



- Articulação em rede
- Projeto de Cooperação
- Diálogo e Formação
- Campanha
- Participação em espaço institucionalizado

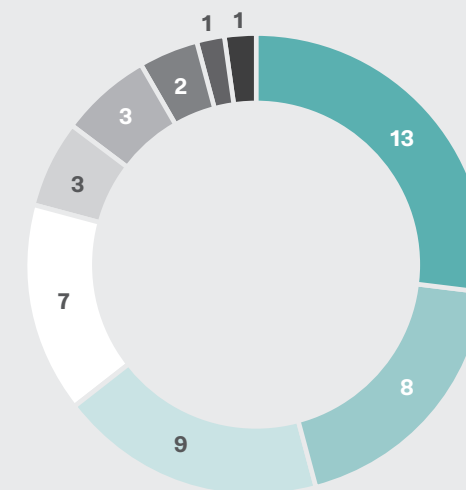
Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas

⁶ Os infográficos foram criados a partir de dados extraídos das fichas desta seção. A classificação de tema, natureza e estratégia foi realizada a partir do diálogo com os colaboradores (membros de movimentos camponeses, sindicatos rurais e ONGs) e pesquisa documental.

Quanto ao tema trabalhado nas ações destacam-se a agricultura familiar, seguida pela soberania alimentar e extrativismo (Gráfico 2).⁷

Gráfico 2.

TEMAS DAS INICIATIVAS



- Agricultura Familiar
- Extrativismo
- Soberania Alimentar
- SAN
- Agroecologia
- Desenvolvimento Rural
- Globalização Alternativa
- Direito à alimentação
- Trabalhadores Rurais

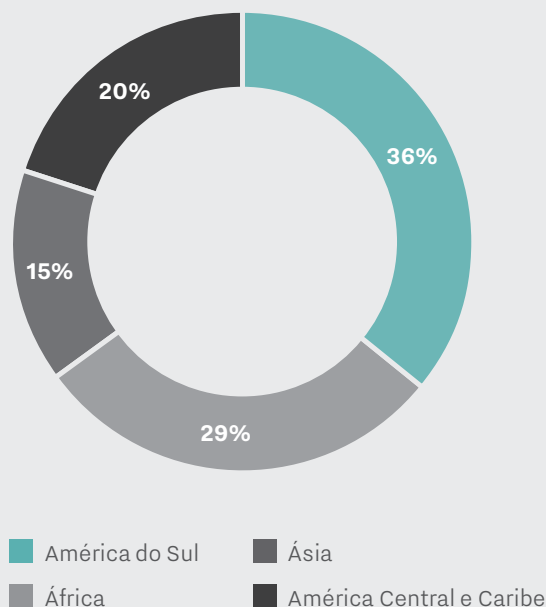
Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas

⁷ Algumas experiências foram contabilizadas mais de uma vez porque abrangem diferentes temas



No que se refere à abrangência geográfica das iniciativas, é visível a presença dos movimentos e organizações nos países da África, América do Sul e América Central e Caribe (Gráfico 3). Embora não tenhamos informações de todos os países envolvidos, identificamos pelo menos 60 países nas experiências transnacionais da sociedade civil brasileira.⁸

Gráfico 3.
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DAS INICIATIVAS

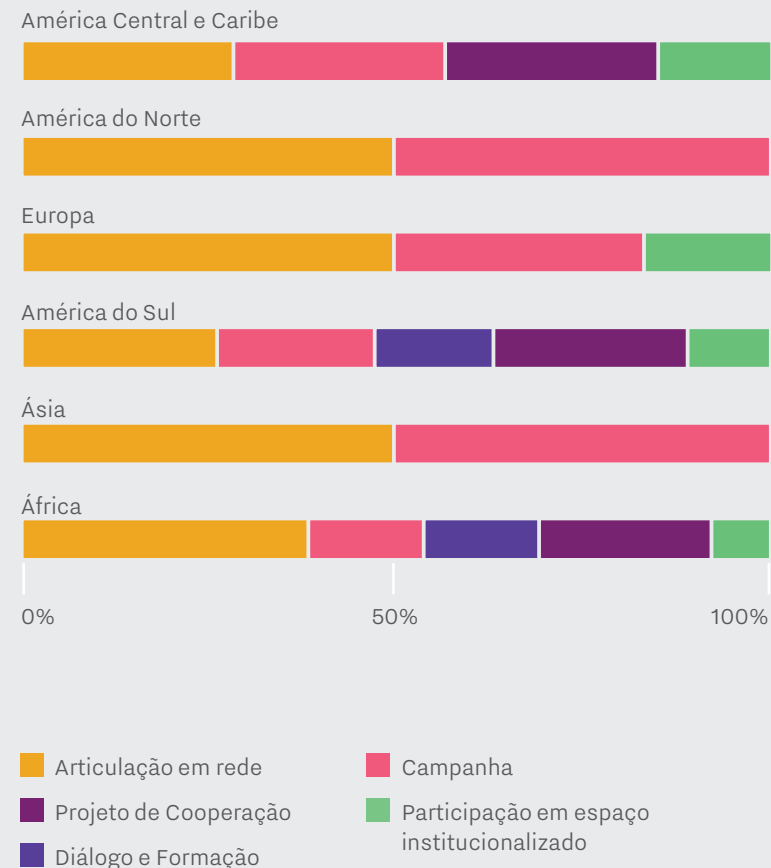


Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas

⁸ Para identificar os países nas fichas consideramos os Estados de origem dos movimentos ou organizações envolvidas na iniciativa. Acerca do gráfico 3, trabalhamos apenas no nível dos continentes, dado que não foram encontradas informações completas sobre os países participantes das experiências levantadas. Neste gráfico 3, determinadas iniciativas também foram contabilizadas mais de uma vez por conterem a participação de atores da sociedade civil de mais de um continente.

Entre as 37 iniciativas levantadas, campanhas e redes contam com a participação de movimentos e organizações de países da Europa e de países da América do Norte. Percebe-se também que junto a parceiros da América do Sul e do continente africano há maior variedade de iniciativas (Gráfico 4).

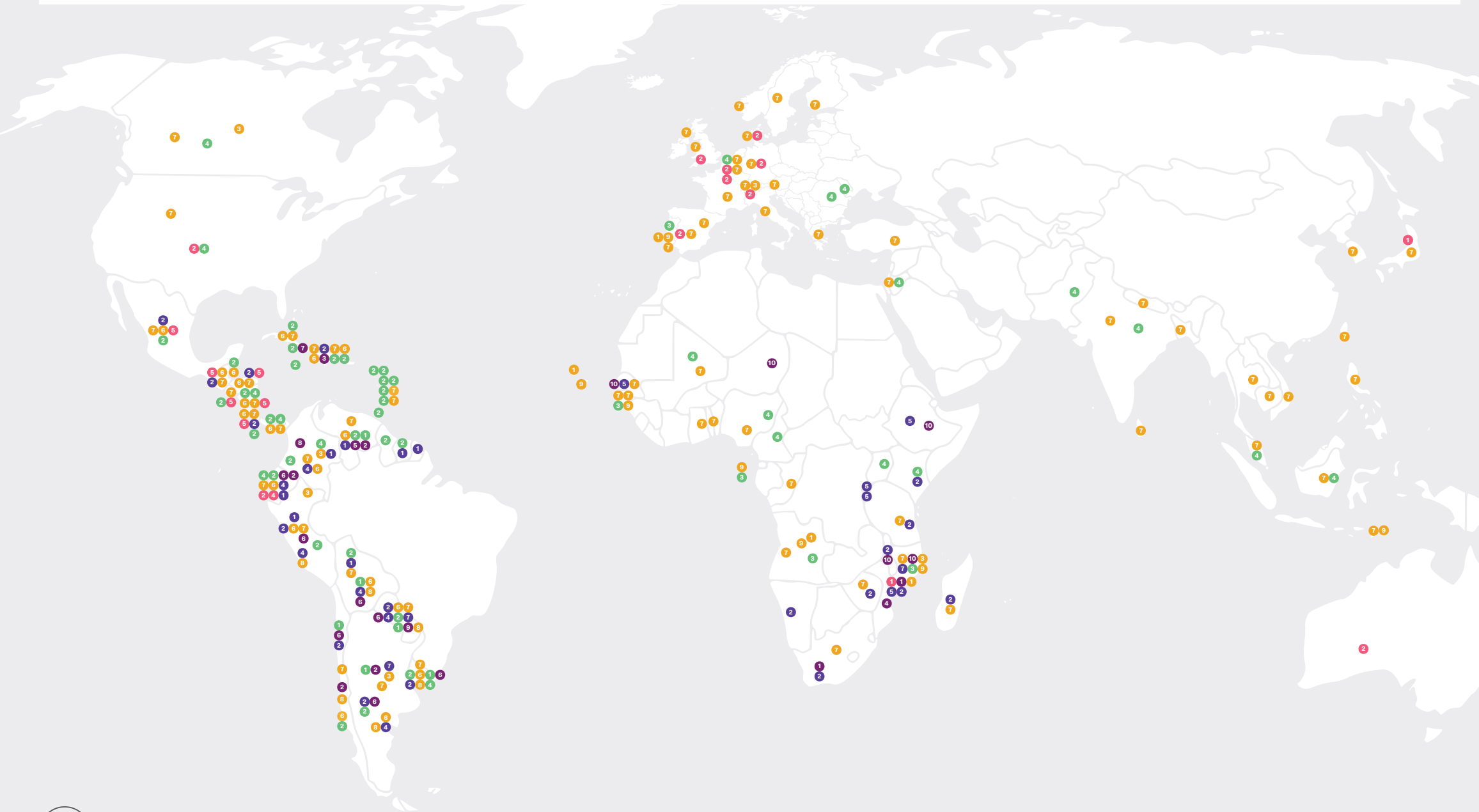
Gráfico 4.
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DAS INICIATIVAS
(POR NATUREZA DAS INICIATIVAS)



Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas



MAPA: EXPERIÊNCIAS DE MOVIMENTOS CAMPONESES, SINDICATOS RURAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



1. ARTICULAÇÃO EM REDE

- 1 Plataforma de Camponeses da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- 2 Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição¹
- 3 Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.
- 4 Comitê Internacional de Planificação pela Soberania Alimentar²
- 5 União Internacional dos Trabalhadores da Agricultura²
- 6 Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
- 7 Via Campesina
- 8 Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul
- 9 Rede Regional da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

1. O Comitê Internacional de Planificação pela Soberania Alimentar (CIP) e a Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição abrangem entidades regionais e internacionais e por isso não foram marcadas em países específicos.
2. A União Internacional dos Trabalhadores da Agricultura é uma organização com filiais de 127 países.

2. PROJETO DE COOPERAÇÃO

- 1 Implantação dos Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação em Agricultura Familiar na África do Sul e Moçambique
- 2 Instituto Universitário Latino-Americano de Agroecologia
- 3 Brigada Dessalines
- 4 Recuperação, reprodução e manutenção de sementes nativas
- 5 Cooperação agrícola com a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America
- 6 Intercâmbio no Programa de Formação de Líderes Rurais em Gestão Territorial
- 7 Viagem de intercâmbio à Cuba
- 8 Intercâmbio com o "Coordinador Nacional Agrario de Colombia"
- 9 Intercâmbio em resgate e produção de sementes crioulas no Paraguai
- 10 Participação no Programa PAA África (Purchase from Africans for Africa)

3. PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS INSTITUCIONALIZADOS

- 1 Reunião Especializada de Agricultura Familiar Regional do Mercosul
- 2 GT de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da CELAC
- 3 Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- 4 Mecanismo Internacional de Sociedade Civil sobre Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas
- 5 Engajamento no Conselho de Governadores do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola¹
- 6 Grupo de Trabalho Internacional - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹

1. As experiências "Engajamento no Conselho de Governadores do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola" e "Grupo de Trabalho Internacional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apesar de conformarem uma iniciativa de engajamento internacional não envolvem diretamente movimentos e organizações da sociedade civil de outros países.

4. DIÁLOGO E FORMAÇÃO

- 1 Fórum Social Pan Amazônico
- 2 Diálogo dos Povos
- 3 Fórum Rural Mundial¹
- 4 Fórum Internacional Andino Amazônico de Desenvolvimento Rural Sustentável
- 5 Oficina Regional sobre Agricultura Familiar e Acesso aos Contratos de Compras Públicas
- 6 Fórum Social Mundial¹
- 7 Curso Nacional de Sementes Crioulas do MPA

1. As experiências Fórum Rural Mundial e Fórum Social Mundial envolvem um número variáveis de organizações e movimentos sociais do mundo tanto

5. CAMPANHAS

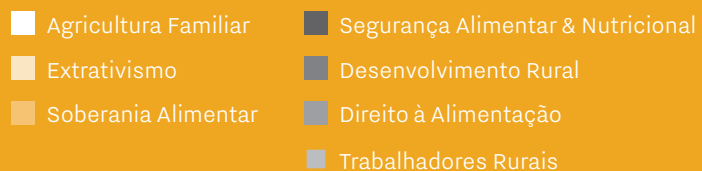
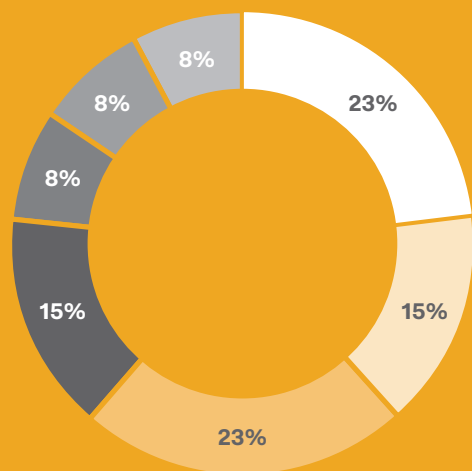
- 1 Campanha Internacional "Não ao ProSavana"
- 2 Campanha em defesa de Yasuni
- 3 Campanha Global para "Desmantelar o Poder Corporativo"
- 4 "Chevron Tóxico"
- 5 "Sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade"



2.1

ARTICULAÇÃO EM REDE

Gráfico 5.
TEMA DAS INICIATIVAS DE ARTICULAÇÃO EM REDE⁹



Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas

⁹ Neste gráfico a quantidade de temas nas iniciativas não está apresentada em número absolutos, ou seja, algumas experiências foram contabilizadas mais de uma vez, quando foram classificadas em mais de um tema.



PLATAFORMA DE CAMPONESES DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Portugal, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Angola.

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil, a representante é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Além dela, integram à Plataforma a União Nacional das Associações de Agricultores e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA); Associação Pequenos Agricultores de Cabo Verde; Federação Camponesa da Guiné Bissau (KAFO); União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA-Portugal).

OBJETIVOS

Exigir o reconhecimento da plataforma como interlocutor legítimo e primordial para o diálogo político no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e no processo de implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-PLP); trabalhar em direção ao reforço da aliança global de pequenos produtores e trabalhadores rurais; definir uma estratégia e propostas de ação comuns no sentido de reforçar a participação dos membros desta Plataforma nas redes nacionais de Segurança e Soberania Alimentar e na Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (REDSAN-CPLP).

DESCRIÇÃO

A Plataforma de Camponeses da CPLP reúne organizações representativas da agricultura familiar e dos pequenos agricultores dos países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe), para influenciar a agenda política no nível nacional, regional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e global, promovendo temas relacionados à agricultura familiar, soberania alimentar e direito humano à alimentação adequada. Sua primeira ação se deu na Cúpula da Rio+20, de 2012.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Documento de Posição sobre a Reunião da Rio+20 (2012); Documento de posição na Reunião de Chefes de Estado da CPLP (2012); Reuniões de Trabalho (2012 e 2014); I Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (2015). Entre seus resultados, o trabalho da Plataforma gerou maior confiança e responsabilidade da sociedade civil brasileira em protagonizar determinadas pautas; facilitação da candidatura brasileira à presidência pró-tempore na CPLP e melhor definição sobre a agricultura familiar no âmbito da CPLP.



REDE GLOBAL PELO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

NATUREZA

Articulação em Rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Direito à alimentação

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e construção de alternativas; Incidência

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Países da África, Ásia, Europa e América Latina

MOVIMENTOS PARCEIROS

Organização Mundial contra a Tortura; Fórum Mundial de Trabalhadores da Pesca (WFF, na sigla em inglês); Fórum Mundial dos Pescadores (WFFP, na sigla em inglês); Aliança Mundial de Nômades e Indígenas; Terra Nuova; Campanha Right to Food India; Peoples' Health Movement (PHM), Observatori DESC; Interchurch Organization for Development Cooperation (ICCO); Plataforma Inter-Americana para os Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD, na sigla em inglês); International Baby Food Action Network (IBFAN); International Indian Treaty Council (IITC); International Union of Food Workers; Foodfirst Information and Action Network (FIAN); Ecumenical Advocacy Alliance (EAA); Dan Church Aid (DCA); Centro Internazionale Crocevia; CIDSE International Alliance of Catholic Development Agencies; Brot für die Welt; African Right to Food Network (ANoRF-RAPDA), Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), URGENCI, ROPPA, Why Hunger, Coordinadora Latino Americana de Organizaciones del Campo (CLOC), International Baby Food Action Network, REDE-SAN (CPLP).

OBJETIVOS

- apoiar e proteger os defensores dos direitos humanos contra a repressão, violência e criminalização;
- mobilizar uma rede para fortalecer o monitoramento e a aplicação jurídica dos direitos humanos do nível local ao global;
- promover o fim da impunidade para os agressores e violadores do direito à alimentação adequada e nutrição e direitos afins;
- desenvolver análises e instrumentos de advocacy como o Observatório do Direito à Alimentação e Nutrição para divulgar as preocupações da rede e lutas específicas contra violações dos direitos humanos.

DESCRIÇÃO

Segundo a carta de fundação desta entidade, divulgada em 2013, a Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição se define enquanto uma iniciativa de interesse público das organizações da sociedade civil e movimentos sociais (de camponeses, pescadores, sem terras, consumidores, população urbana que vive em condições de pobreza, trabalhadores da agricultura e alimentação, mulheres, jovens e povos indígenas) que compartilham um entendimento comum acerca do direito humano à alimentação adequada e nutrição.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Além de ter organizado quatro encontros globais, a rede trabalhou em conjunto em espaços regionais e internacionais de concertação, incluindo o Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas. Os ativistas também avançaram na investigação sobre as causas profundas da má-nutrição e sobre o impacto de iniciativas multissetoriais e das parcerias público-privadas. Em 2015, desenvolveram o relatório “A Nutrição dos povos não é negócio” e participaram de uma missão internacional para verificar as condições de vida dos trabalhadores de chá na Índia.



ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE S.A.

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extratativismo

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil, Moçambique, Peru, Colômbia, Suíça, Canadá e Argentina

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil: FASE, Instituto PACS, Justiça nos Trilhos, Justiça Global, Coletivo Margarida Alves, Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MOVSAM), dentre outros. No Canadá: USW. Em Moçambique: Justiça Ambiental, ADECRU, AAJC, dentre outros.

OBJETIVOS

- a) denunciar e lutar pelos direitos de trabalhadores, trabalhadoras, agricultores, agricultoras e comunidades tradicionais que foram violados diante da atuação da mineradora Vale S.A.;
- b) compartilhar as experiências de luta social e estabelecer formas de cooperação e solidariedade entre os afetados e afetadas.

DESCRIÇÃO

A Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A. é uma coalizão que reúne entidades, movimentos sociais, sindicatos, associações locais e indivíduos afetados de diversos países onde a empresa brasileira Vale S.A. opera. A mobilização iniciou-se principalmente a partir do evento I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, em abril de 2010. Ela atua através de enfrentamento direto (mobilizações em estradas e ocupações) e ações institucionais (como por exemplo, participação nas assembleias de acionistas da empresa Vale).

ATIVIDADES E RESULTADOS

Foram realizados 5 encontros internacionais da rede. O último deles aconteceu em agosto de 2015, na cidade de Ouro Preto (MG), Brasil. Nesse mesmo mês, a Articulação dos Atingidos e Atingidas pela Vale realizou uma caravana no Brasil, entre os dias 8 e 13, percorrendo três dos estados em que a empresa atua (Maranhão, Pará, Ceará, Sergipe, Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina).



COMITÊ INTERNACIONAL DE PLANIFICAÇÃO PELA SOBERANIA ALIMENTAR

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Soberania Alimentar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

América Latina e do Norte, Oceania e Ásia

MOVIMENTOS PARCEIROS

No nível internacional participam Via Campesina; World Forum of Fishers People (WFFP); World Forum of Fish Harvesters & Fish Workers (WFF); World Alliance Mobile Indigenous People (WAMIP); Mouvement International de la Jeunesse Agricole et Rurale Catholique (MIJARC); The International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Workers' Associations – (IUF); URGENCI; International Indian Treaty Council (IITC); Habitat International Coalition (HIC); World March of Womens e International Federation of Rural Adult Catholic Movements (FIMARC). As organizações de natureza regional participantes são a Réseau des Organisations Paysannes et de Producteurs de l'Afrique de l'Ouest (ROPPA); Plateforme des Organisations Paysannes d'Afrique Centrale (PROPAC); Asia Rural Women Coalition; Coalition of Agricultural Workers International; Arab Network Food Sovereignty; Movimento Agroecológico Latino Americano; Enlaces Continentales Mujeres Indígenas; Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas; Confederação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM); Australian Food Sovereignty Alliance; US Food Sovereignty Alliance.

OBJETIVOS

- proporcionar um espaço comum para unificar lutas e o debate internacional em torno da soberania alimentar;
- dar expressão às lutas ligadas aos recursos naturais, assim como pelo desenvolvimento rural agroecológico;
- apresentar propostas sobre a reforma agrária e desenvolvimento rural a partir da perspectiva da soberania alimentar;
- visibilizar a questão da repressão e violência no campo além das estratégias de resistência contra a criminalização de suas lutas;
- questionar o atual modelo de desenvolvimento.

DESCRIÇÃO

O Comitê Internacional de Planificação pela Soberania Alimentar (CIP) é uma rede internacional, criada em 2003. Ela reúne entidades diversas que representam agricultores familiares, pescadores, camponeses, pequenos e médios produtores, trabalhadores(as) rurais, e povos indígenas, bem como organizações não-governamentais. O órgão se define como um mecanismo de facilitação do diálogo entre as entidades sociais e as agências das Nações Unidas que tratam de alimentação e agricultura. Foi a partir do CIP que se originou a Aliança Continental por Soberania Alimentar da América Latina, em 2012, agrupando 23 redes, movimentos e organizações da América Latina e do Caribe (que integram o CIP), acompanhados por 11 organizações nacionais.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Desde 2003, o CIP tem tido uma relação mais formal com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a partir de quatro áreas prioritárias: direito à alimentação; enfoque agroecológico de produção de alimento; acesso local e controle de recursos naturais, comércio agrícola e a soberania alimentar. O CIP estabeleceu um contrato com a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura” para a realização de um estudo sobre o estado da biodiversidade para alimentação e agricultura no mundo. A pesquisa será a contribuição da sociedade civil ao relatório da FAO. Este documento será finalizado em 2017. Além disso, em 2009, o CIP teve um importante papel na reforma do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, defendendo um sistema multilateral onde cada país tivesse um voto e com ampla participação de pequenos agricultores e organizações da sociedade civil vinculadas ao tema.



UNIÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Trabalhadores Rurais

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES EM ATUAÇÃO

127 países de África, Ásia, América,
Europa e Oceania

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil são entidades filiadas a União Internacional dos Trabalhadores da Agricultura (UITA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH); Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA Afins); Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS); Confederação Brasileira Democrática de Trabalhadores da Indústria da Alimentação (CONTAC); Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar da Alimentação e Afins de Sertãozinho e Região (STIASER).

OBJETIVOS

Defesa dos direitos trabalhistas de homens e mulheres do campo.

DESCRIÇÃO

Trata-se de uma organização sindical internacional de países de diferentes continentes, fundada em 1920. Ela busca representar trabalhadores e trabalhadoras das seguintes áreas: agricultura, preparação e manufatura de comidas e bebida, hotéis e restaurantes, todos os estágios do processamento de tabaco.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Campanha Internacional de Combate à Violência no Campo (2006), iniciativa da UITA com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).



COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Soberania Alimentar, Agricultura Familiar

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativa

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Bolívia, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Peru, Panamá, Argentina, Equador, Chile, Cuba, República Dominicana, Belize, Venezuela, Nicarágua, Haiti

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil participam Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

OBJETIVOS

Uma das concepções principais que norteiam a atuação da CLOC é o alcance da soberania alimentar. Além de crítica ao modelo econômico neoliberal e suas consequências, elaborada a partir da experiência vivida pelos camponeses de diversas regiões, a organização também defende a reforma agrária, os direitos humanos, a biodiversidade e os recursos naturais; agricultura sustentável; questões de gênero; juventude; migração; trabalho e movimentos cocalheiros.

DESCRIÇÃO

A CLOC é uma articulação latino-americana que atua há 16 anos coordenando parte significativa dos movimentos sociais da região ligados ao campo. Formalmente constituiu-se a partir de um congresso realizado no Peru em fevereiro de 1994, que teve a participação de várias organizações camponesas de nível continental. Em 1994, diversas lutas sociais são reativadas, particularmente no campo, contra o neoliberalismo (início do levante zapatista no México, marcha dos cocalheiros na Bolívia, mobilizações pela reforma agrária no Paraguai, Guatemala e Brasil, entre outros).

ATIVIDADES E RESULTADOS

Campanha “Basta de violência contra as mulheres”, “Contra os agrotóxicos e pela vida”, “Campanha mundial pela reforma agrária” e “Campanha de Solidariedade Permanente”.



VIA CAMPESINA

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Soberania Alimentar, Agricultura Familiar

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e construção de alternativas; Incidência

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Moçambique, Congo, Madagascar, Angola, Tanzânia, Zimbábue, África do Sul, Mali, Nigéria, Senegal, Togo, Guiné Bissau, Gana, Gâmbia, México, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Indonésia, Coréia do Sul, Tailândia, Filipinas, Timor Leste, Malásia, Vietnã, Japão, Camboja, Taiwan, Palestina, Índia, Nepal, Bangladesh, Sri Lanka, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá, Haiti, Cuba, República Dominicana, Granada, St. Lucia, São Vicente, Porto Rico, Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Suíça, Noruega, Áustria, Espanha, Suécia, Dinamarca, Países Baixos, Grécia, Romênia, Finlândia, Inglaterra e Escócia.

MOVIMENTOS PARCEIROS

164 organizações. No Brasil, participam Movimento Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Pastoral da Juventude Rural. Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais; Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ); Comissão Pastoral da Terra (CPT).

OBJETIVOS

Além de defender a reforma agrária a Via Campesina também visa o alcance da segurança alimentar. Este conceito pressupõe

- a) a autossuficiência alimentar;
- b) o direito de cada povo na determinação de padrões de produção e consumo de alimentos;
- c) a produção e o consumo de alimentos sendo guiados pelo bem estar dos produtores e consumidores e não pela projeção de lucros das corporações transnacionais de agronegócio;
- d) alimentos saudáveis e de boa qualidade;
- e) novo equilíbrio entre agricultura e indústria, campo e cidade, afim de reverter assimetrias entre as partes;
- f) produção agrícola realizada principalmente por pequenos agricultores, cooperativas ou empresas estatais;
- g) desestímulo à agricultura industrial baseada na engenharia genética e no uso de química intensiva;
- h) reconhecimento e uso de tecnologias agrícolas dos camponeses tradicionais e povos indígenas.

DESCRIÇÃO

A Via Campesina é um movimento internacional formado por diversas entidades e movimentos sociais ligados aos pequenos e médios agricultores e comunidades indígenas. Foi fundada em 1993 por organizações representativas de pequenos agricultores em Mons, na Bélgica. Se opõe à agricultura corporativa e às companhias transnacionais. Propõe a defesa da agricultura de pequena escala, como um caminho para o desenvolvimento com maior justiça social e sustentabilidade. O movimento se organiza regionalmente, a partir de 8 polos: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, América Central e Caribe, América do Sul e na África. Além disso, possui um comitê de coordenação e uma secretaria executiva internacional. Seu financiamento parte da contribuição das organizações-membro, doações privadas e apoio de algumas organizações não-governamentais, fundações e governos.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Atualmente a Via Campesina é considerada o principal movimento no debate global sobre alimentação e agricultura, sendo ouvida em diversas instâncias das Nações Unidas, como a FAO e o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na Cúpula Mundial do Alimento em 1996, a organização lançou o conceito de “soberania alimentar”, que posteriormente passou a ser reconhecido por outros atores sociais e governamentais. De acordo com o relatório anual da Via Campesina, em 2014, após intensa pressão no Conselho de Direitos Humanos, o movimento conseguiu voto favorável ao processo que estabelece a declaração dos Direitos Campesinos. Ela também promoveu diversos atos articulados no Dia Internacional das Lutas Camponesas (17 de abril), participou de seminários e eventos de agências das Nações Unidas.



CONFEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES DO MERCOSUL

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil, Chile, Uruguai, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil, a Confederação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM) é representada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No total, 12 organizações de outros países sul-americanos integram esta confederação.

OBJETIVOS

Maior interlocução com os governos nas decisões do Mercosul e a criação de políticas públicas para agricultura familiar nos países do bloco.

DESCRIÇÃO

Esta confederação nasceu a partir da dissidência de diversos sindicatos de trabalhadores rurais que compunham a Coordenação Agrícola do Cone Sul, espaço do Mercosul dominado pelos grandes produtores rurais, no início dos anos 1990. A COPROFAM surgiu em 1994 integrando entidades representantes do setor da agricultura familiar do Mercosul ampliado. Participa da Alianza para la Soberanía Alimentaria de los Pueblos de América Latina y el Caribe, uma plataforma de redes que defendem a soberania alimentar na região.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Entre suas atividades constam a Campanha Regional “Pela Soberania Alimentar e Combate à Fome no Mercosul” ou “Mercosul Sin Hambre” (de 2008, nos marcos da Cúpula Social do Mercosul). Destaca-se também a Carta de Montevideo, assinada pelo COPROFAM em 2003. Nesta carta, a organização sugeriu uma discussão mais aprofundada no Grupo do Mercado Comum a respeito da agricultura familiar. Neste contexto, a Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) nasce como uma proposta cuja metodologia se baseia no diálogo entre governos e sociedade civil. Assim, a primeira conquista da COPROFAM foi inauguração desse espaço específico no Mercosul para debater o tema. Apoiado pelo governo brasileiro, o mecanismo foi criado em 2004. Além disso, foi responsável pela realização do Seminário Internacional “Agricultura Familiar e Soberania Alimentar no Mercosul”.



REDE REGIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA CPLP

NATUREZA

Articulação em rede

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil é representado pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

OBJETIVOS

A Rede Regional da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (REDSAN) desenvolve atividades que incluem o trabalho em rede, construção de parcerias, pesquisa, capacitação, partilha de conhecimento e ações de incidência que contribuem para influenciar a formulação, implementação e monitoramento das políticas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e marcos legais do Direito Humano à Alimentação nos países de língua portuguesa.

DESCRIÇÃO

A REDSAN é um espaço de articulação, criado em 2007, que reúne redes nacionais de sociedade civil dos países integrantes da CPLP no tema de segurança alimentar e nutricional. Ela congrega ao todo 150 organizações que trabalham em conjunto no sentido de influenciar a agenda política para a Segurança Alimentar e Nutricional com base na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e da Soberania Alimentar.

ATIVIDADES E RESULTADOS

- a) durante o Segundo Encontro Ministerial de Saúde da CPLP, em maio de 2009, a REDSAN enviou uma proposta formal (“Mensagem para Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional”) aos participantes da reunião;
- b) durante a Sétima Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, em julho de 2008, a REDSAN enviou uma proposta formal (“Mensagem da Sociedade Civil para o Direito à Alimentação”) para os Estados membros do bloco;
- c) em junho de 2011, a REDSAN colaborou com a FAO e a CPLP para o processo de consulta com a sociedade civil visando a formulação da estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;
- d) participação em diversas iniciativas de treinamento, como “Seminar on Right to Food and Rural Development” (Angola, 2007) e “Integration of a Gender Approach in the Management of Water Resources and Land-related” (Portugal, 2010).

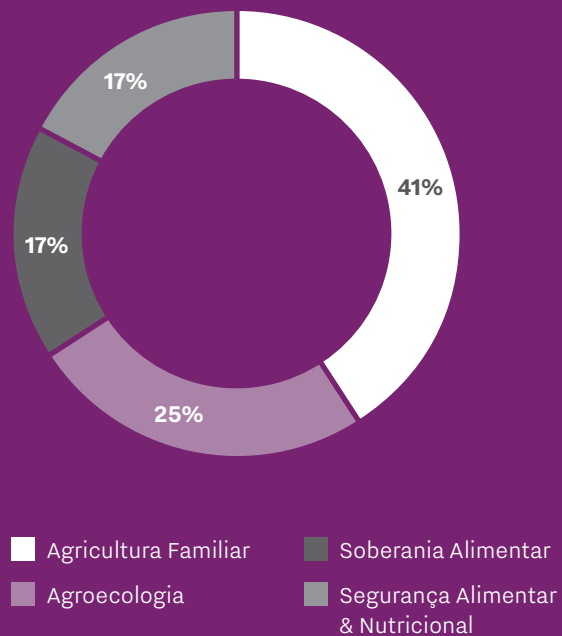


2.2

PROJETO DE COOPERAÇÃO

Gráfico 6.

TEMA DAS INICIATIVAS DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO



Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas



IMPLANTAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES E CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR NA ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional; Agroecologia; Soberania Alimentar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

África do Sul, Moçambique e Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Trust for Community Outreach and Education (TCOE, África do Sul) e União Nacional dos Camponeses (UNAC-Moçambique) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Secretaria Geral da Presidência da República (Brasil); Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Department of Agriculture, Forestry and Fisheries (Ministério da Agricultura da República da África do Sul) e Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique.

OBJETIVOS

Promoção da troca de experiências entre agricultores e agricultoras familiares, líderes rurais, técnicos e técnicas; construir capacidades em resgate, multiplicação e melhoramento de sementes e mudas crioula; capacitar camponeses e camponesas no trato com sementes e mudas crioulas a partir da perspectiva da agroecologia; conter o modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio.

DESCRIÇÃO

Trata-se de um projeto que vigorou entre 2011 e 2014, cuja finalidade foi a formação de camponeses e camponesas para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais crioulas em áreas de agricultura familiar e construção de um banco de sementes crioulas na África do Sul e Moçambique. O projeto se baseou nos princípios da educação popular, agroecologia, soberania alimentar e do diálogo intercultural - com enfoque em novas relações de gênero. A Agência Brasileira de Cooperação foi responsável pelo financiamento e gestão da iniciativa, com o apoio da Secretaria Geral da Presidência da República. A sociedade civil desenvolveu e implementou todo o projeto.

ATIVIDADES E RESULTADOS

O projeto gerou a) fortalecimento das relações entre os movimentos devido a percepção da universalidade das suas lutas; b) mobilização das mulheres (a TCOE, da África do Sul se engajou na realização da Assembleia Rural das Mulheres e as mulheres camponesas de Moçambique que participaram do projeto criaram uma organização própria dentro da UNAC); c) capacitação de cerca de 100 camponeses e camponesas no resgate de sementes nativas (milho, feijão, mandioca e batata-doce, cenoura, alface, entre outras).



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agroecologia; Soberania Alimentar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Venezuela, Brasil, Equador,
Chile, Argentina

MOVIMENTOS PARCEIROS

Via Campesina, Movimento dos Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Governo estadual do Paraná, Instituto Federal do Paraná, Governo da Venezuela, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

OBJETIVOS

- a) troca de experiências e escolarização dos camponeses em parceria com universidades, pesquisadores e movimentos sociais;
 - b) formação de tecnólogos pedagogos em agroecologia, com nível de graduação através de uma visão crítica da realidade;
 - c) formação política e preparo técnico.
-

DESCRIÇÃO

Em 2005, a Via Campesina e o governo da Venezuela firmaram um acordo para a construção da Rede de Institutos Latino-americanos de Agroecologia (IALA). A relação foi estabelecida a partir do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS) naquele mesmo ano.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Sete sedes dos IALAs foram construídas desde 2005. A primeira delas foi a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), no Assentamento Contestado, município da Lapa (PR). Nela formam-se tecnólogos pedagogos em agroecologia, com nível de graduação. Em seguida foram construídas o IALA Paulo Freire (2006), em Baríñas, na Venezuela; IALA Guarani (2008), no Paraguai e o IALA Amazônico (2009), em Parauapebas, (PA). Em abril de 2013, foi fundada na Argentina a Universidade Camponesa Suri, como parte dos trabalhos da IALA. Mais recentemente a Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas do Chile (ANAMURI) criou o Instituto de Agroecologia das Mulheres do Campo em Chépica, em 2014.



BRIGADA DESSALINES

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Haiti, Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil participam Movimento dos Sem-Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento das Mulheres Camponesas; Movimento dos Atingidos por Barragens; Comissão Pastoral da Terra; Via Campesina. No Haiti participam Tet Kole; Mouvman Peyizan Papay (MPP); Mouvman Peyizan Nasyonal Kongrè Papay (MPNKP) e Kòdinasyon Rejyonal Òganizasyon Sidès (KROS).

OBJETIVOS

O projeto trabalhou em duas frentes, o fortalecimento da organização campesina e cooperação técnica. No campo da cooperação técnica a brigada visa fortalecer um programa de cooperação de produção agrícola local no Haiti, baseado na agroecologia, no compartilhamento de experiências brasileiras (como produção de sementes, técnicas agroecológicas, reflorestamento, captação de água, etc.). No campo político, o trabalho desenvolvido pela Brigada Dessalines visa facilitar e promover a articulação dos movimentos sociais locais para empoderá-los.

DESCRIÇÃO

Em janeiro de 2009, o Movimento dos Sem Terra enviou ao Haiti a primeira delegação da Brigada Internacionalista da Via Campesina Brasil. Articulada pela Via Campesina Internacional e feito de forma totalmente voluntária, a brigada propunha um contraponto à cooperação humanitária prestada pelo governo brasileiro. Desde 2004, o Brasil coordena a Minustah, operação de paz das Nações Unidas para a reconstrução do Haiti. A brigada era inicialmente composta por 76 pessoas, que receberam treinamento na Escola Nacional Florestan Fernandes. Os trabalhos se voltaram para a reorganização produtiva dos camponeses haitianos e a formação em agroecologia. Até 2015, o grupo mantinha reuniões semanais em escolas ou comunidades locais, onde haviam aulas de educação ambiental e agroecologia, também atuavam na formação de agentes comunitários para a produção de alimentos, além de trabalharem para a capacitação de novas lideranças políticas.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Foram realizadas visitas de intercâmbio (permitindo que haitianos fossem ao Brasil conhecer experiências campesinas); estabelecimento de seis centros de produção de sementes de legumes; reflorestamento em territórios destruídos (plantação de mangas e abacates); construção de escolas técnicas para jovens, voltadas para treinamento em tecnologia agrícola (em 2012, o MST auxiliou o movimento TetKole na construção do Centro Nacional de Formação e Agroecologia, onde ajudaram na estruturação de diversas atividades como: a construção da cerca, instalação da produção de cabritos e frangos, sistema de irrigação, além da formação e capacitação junto aos camponeses); instalação de cisternas (em 2010, o grupo conseguiu instalar 150 cisternas em casas de camponeses, com doações do governo da Bahia).



RECUPERAÇÃO, REPRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SEMENTES NATIVAS

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar; Soberania Alimentar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil e Moçambique

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC)

OBJETIVOS

Desenvolvimento de sistemas camponeses com foco no resgate, produção, melhoramento e conservação de sementes nativas.

DESCRIÇÃO

Esta foi uma experiência de intercâmbio entre os camponeses moçambicanos, organizados na UNAC e brasileiros do MPA. O projeto ocorreu nos marcos da campanha “Sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, mobilizada pela Via Campesina. O intercâmbio foi realizado junto aos camponeses da União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene (UCAM), membros da UNAC, no distrito de Marracuene, província de Maputo, região sul de Moçambique.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Na primeira parte do projeto houve visitas de planejamento, formação política e técnica sobre a importância do campesinato e das sementes. Em seguida, trabalhou-se na definição das espécies e variedades de sementes, resgate das sementes, definição das áreas, preparo do solo, semeadura dos campos, tratos culturais, colheitas, seleção massal estratificada, debulha, secagem e armazenagem. Também foi criado um grupo de estudo sobre os sistemas camponeses de produção com foco na questão das sementes, que envolveu líderes da UCAM, técnicos da área de desenvolvimento rural da UCAM e camponeses de 11 associações ou cooperativas comunitárias. Dos 10 campos previstos no planejamento, foram implantados sete: 2 campos de milho, 1 de feijão nhemba, 2 de amendoim e 2 campos de mandioca. Outro resultado importante é a organização da casa de sementes, permitindo que após a produção, parte seja destinada à ela.



COOPERAÇÃO AGRÍCOLA COM A ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMERICA

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Venezuela e Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America (ALBA)

OBJETIVOS

Contribuir de forma imediata com a produção de grandes volumes de alimentos e sementes, compartilhar experiência de resgate, melhoramento genético e produção de sementes, além de apoiar a organização social das famílias camponesas na Venezuela.

DESCRIÇÃO

A primeira relação entre o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o governo venezuelano ocorreu em 2005, na ocasião do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Em seguida, uma comitiva de estudantes brasileiros, vinculados ao movimento esteve durante uma temporada no Instituto Latino-Americano de Agroecologia, na Venezuela. Em 2013, o MPA firmou um convênio de assistência com a Corporação Venezuelana de Alimentos (CVAL), para intercambiar experiências de produção de alimentos e sementes agroecológicas.

ATIVIDADES E RESULTADOS

- a) envio de 208 toneladas de sementes de quatro variedades de feijão preto, em setembro de 2011;
- b) envio de técnico especializado na produção de alimentos e sementes para compartilhar o acúmulo do movimento com produção de feijão e transição agroecológica, bem como para acompanhar o desenvolvimento das variedades de feijão em diferentes condições e com diferentes manejos;
- c) participação do MPA nos debates sobre a Nova Lei de Sementes e do Plano Popular de Sementes que se deram na Venezuela;
- d) realização de experiência prática de produção com sementes e grãos de milho, arroz, feijão preto, soja e girassol - produção de alimentos e sementes diversificadas em um policultivo de 50 hectares de forma agroecológica (no âmbito do convênio entre MPA e CVAL); e) diálogo com as famílias camponesas abrangendo apoio com trabalho de mecanização, formação política, técnica e organizativa, compartilhamento de experiência de organização de cadeias de produção e a transição agroecológica (no âmbito do convênio entre MPA e CVAL).



INTERCÂMBIO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LÍDERES RURAIS EM GESTÃO TERRITORIAL

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru e Equador

MOVIMENTOS PARCEIROS

Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG/RN) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representando a Confederação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Federação dos Trabalhadores(as) na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN).

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Confederação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural (REDR); Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID); Formação de Líderes para Gestão Territorial Rural (GTR) e Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil.

OBJETIVOS

Intercambiar experiências no tema de “Desenvolvimento Territorial Participativo” e ampliar e fortalecer a rede de contatos entre as organizações camponesas e indígenas representadas nos cursos.

DESCRIÇÃO

O Programa de Formação de Líderes Rurais em Gestão Territorial da FAO, visa fortalecer a capacidade de ação coletiva dos movimentos camponeses, a elaboração de propostas próprias e a influência das organizações e movimentos rurais no nível local, regional e nacional através da formação de líderes. Parte importante do financiamento veio do Governo Espanhol, através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Entre os dias 24 e 30 de outubro de 2010, uma atividade complementar do curso possibilitou aos estudantes conhecerem as experiências camponesas brasileiras no semiárido, no estado do Rio Grande do Norte (RN). A COPROFAM foi responsável pela organização do evento.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Visita à Escola Agrícola de Jundiá, em Macaíba (RN); visita às comunidades de Laje do Meio e Moacir Lucena (RN); visita ao assentamento Santa Agostinha (RN); visita ao Território Sertão do Apodi (RN), onde se localiza o Projeto Dom Helder Câmara.



VIAGEM DE INTERCÂMBIO À CUBA

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agroecologia

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Cuba e Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) e Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA)

OBJETIVOS

Conhecer, compartilhar e trocar experiências de organização campesina entre movimentos sociais e populares, além de conhecer melhor as técnicas de agroecologia promovidas pelas organizações da ANAP.

DESCRIÇÃO

Entre os dias 17 a 28 de novembro de 2015, quatro integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores realizaram uma visita em Cuba que inclui a participação em diversas atividades. Inicialmente estiveram na sede da Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) em Guirra de Melena, onde participaram de um curso sobre agricultura urbana e periurbana, experiências de produção e comercialização que ocorrem em terrenos urbanos. Tiveram contato com lideranças das cooperativas que discutiram questões teóricas com os participantes do curso e fizeram visitas às fincas de agricultura urbana e periurbana, localizadas em Havana. Também participaram do encontro internacional de 10 anos de derrota da ALCA que aconteceu no Centro de Ciências Médicas em Havana e do Curso Internacional de Agroecologia, Produção Orgânica e Cooperativismo nas dependências da ANAP, onde estiveram presentes 300 delegados de 25 países. A delegação brasileira foi à província de Sancti Spiritus, visitar ao todo 5 fincas, onde pode ver na prática como a ANAP organiza os camponeses, sua produção e comercialização.

ATIVIDADES E RESULTADOS

O intercâmbio foi importante para fortalecer os conhecimentos em agroecologia, bem como do método de organização dos camponeses cubanos, principalmente o método Campesino a Campesino. Foi importante também para fortalecer a aliança entre o Movimento dos Pequenos Agricultores e a ANAP.



INTERCÂMBIO COM O “COORDINADOR NACIONAL AGRÁRIO DE COLOMBIA”

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Soberania Alimentar

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Intercâmbio técnico;

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Colômbia e Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Coordenador Nacional Agrário de Colombia (CNA-Colômbia).

OBJETIVOS

Fortalecer as relações políticas das organizações possibilitando não apenas o intercâmbio, mas o acompanhamento e o trabalho político dos movimentos em seus países.

DESCRIÇÃO

Em abril de 2012, o CNA da Colômbia realizou uma visita de intercâmbio sócio-produtivo com o MPA. A delegação também participou do Terceiro Seminário de Formação Campesina e da Quinta Festa Nacional de Sementes Crioulas.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Para o conhecimento de experiências organizativas, produtivas e de comercialização do MPA, o CNA visitou cidades no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina (Santo Domingo e São Miguel do Oeste), no Espírito Santo (São Gabriel de Palha, Vila Valeiro, Linhares) e Bahia (Aracatu). Estas visitas ocorreram em unidades de processamento, mercados populares, produtores rurais, escola de alternância e cooperativas agrícolas.



INTERCÂMBIO EM RESGATE E PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS NO PARAGUAI

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Soberania Alimentar; Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil e Paraguai

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimentos dos Pequenos Agricultores e Coordenadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay (CONAMURI).

OBJETIVOS

O trabalho teve como objetivo principal, contribuir com o resgate e produção de sementes crioulas no Paraguai, a partir da experiência e trabalho com sementes no Brasil, desenvolvido pelo MPA.

DESCRIÇÃO

Em julho de 2013 foi enviado ao Paraguai um militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, membro da equipe técnica do movimento. Juntamente com o CONAMURI iniciou-se o planejamento das atividades. A execução e o trabalho prático iniciaram-se no mês de setembro em algumas comunidades paraguaias onde atua a CONAMURI. Nos departamentos de San Pedro e Itapúa foi trabalhada a técnica de alporquia em frutíferas. A alporquia é uma técnica utilizada para produzir mudas a partir do enraizamento de galhos de árvores. O financiamento deste trabalho contou com o apoio da Oxfam (organização não-governamental inglesa).

ATIVIDADES E RESULTADOS

Inicialmente foram realizadas reuniões com os grupos de base e em seguida um diagnóstico participativo junto a cada família (em comunidades dos departamentos de Itapúa, San Pedro e Concepcion). Assim, foi possível identificar as variedades crioulas e nativas cultivadas pelas famílias camponesas. Ao todo foram catalogadas 64 variedades de sementes crioulas e nativas cultivadas com os (as) camponeses (as). A partir deste catálogo, foram feitos campos de sementes e a construção de casas de sementes comunitárias, tendo em vista maior variedades de sementes disponíveis e melhoria no armazenamento. No momento há duas casas de sementes em funcionamento nas comunidades de base da organização CONAMURI, uma no departamento de Itapua e outra em San Pedro. Foi encaminhado também um projeto para estruturação e comercialização das sementes.



PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA PURCHASE FROM AFRICANS FOR AFRICA (PAA AFRICA)

NATUREZA

Projeto de cooperação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico;

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil, Moçambique, Etiópia, Malauí, Senegal e Níger

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), sendo representado pelo INESC, participou no comitê executivo do projeto. Também acompanharam o projeto o Serviço de Assessoria às Organizações Rurais (SASOP); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Ministério das Relações Exteriores (Coordenação Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome, CG-Fome), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Agências das Organização das Nações Unidas (FAO e PMA), a Agência Britânica de Desenvolvimento Internacional (DFID)

OBJETIVOS

Os objetivos gerais do programa são
a) apoiar iniciativas locais inovadoras em aquisição de alimentos de pequenos agricultores para cooperação humanitária;
b) fortalecer parcerias e estratégias para apoiar soluções a longo prazo na luta contra a fome através de iniciativas nacionais de aquisição de alimentos locais para alimentação escolar.

O programa visa três objetivos específicos,

a) fortalecer o compartilhamento de conhecimento de lições aprendidas para consolidar evidências e melhores práticas, dessa forma, contribuindo para que governos e agências internacionais formulem estratégias de ação e parcerias com vistas à reforçar compras de alimentos locais em assistência humanitária; **b)** reforçar as capacidades produtivas e de pós-colheita de associações de agricultores familiares selecionadas para vender ao Programa Mundial de Alimentos ou iniciativas governamentais; **c)** implementar ou aprimorar programas de aquisição de alimentos locais através do contato direto com as associações de pequenos agricultores e, com isso, contribuir para diversificação da dieta em programas de alimentação escolar.

DESCRIÇÃO

O Programa PAA África é inspirado na experiência brasileira do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Trata-se de uma parceria entre o governo brasileiro, do Reino Unido, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) com governos africanos. O programa implementa pilotos de compras locais de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em cinco países: Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal. Por meio da experimentação de

modelos de compras institucionais variados e adaptados aos contextos nacionais, o PAA África visa também envolver a sociedade civil do Brasil e dos países beneficiários, por meio de grupos consultivos, parcerias para o fornecimento de serviços e no apoio à construção de políticas nacionais que assegurem o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais. Durante as duas fases do programa o governo do Brasil contribuiu com cerca de US\$ 5.121.778 para a FAO e US\$ 3.477.492 para o Programa Mundial de Alimentos (números estimados a partir do relatório “PAA Africa Phase 1 Learning and Results” e dos valores referenciados no documento de projeto da segunda fase do programa assinado entre Brasil, FAO e PMA)

ATIVIDADES E RESULTADOS

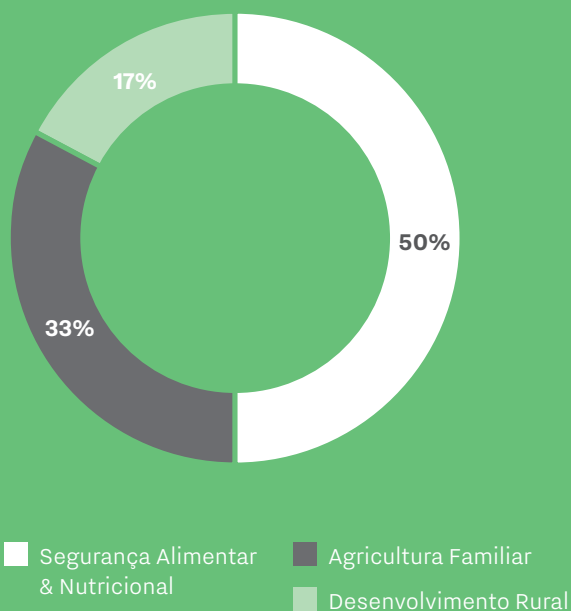
A participação social no processo colaborou para o fortalecimento da sociedade civil africana dos países envolvidos (por exemplo estimulando o debate em torno das diversas formas de violência contra a mulher no campo). O CONSEA acompanhou as atividades do projeto e compartilhou a experiência brasileira de participação social presente no sistema de segurança alimentar e nutricional no Brasil com as organizações e os movimentos africanos. O Conselho participou de grupo de trabalho, grupo consultivo e seminários do projeto.



2.3

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS INSTITUCIONALIZADOS

Gráfico 7.
TEMAS DAS ATIVIDADES NA PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS INSTITUCIONALIZADOS



Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas



REUNIÃO ESPECIALIZADA DE AGRICULTURA FAMILIAR REGIONAL DO MERCOSUL

NATUREZA

Participação em espaço institucionalizado

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES ENVOLVIDOS

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela

MOVIMENTOS PARCEIROS

São entidades integrantes da Seção Brasileira da Reunião Especializada de Agricultura Familiar Regional do Mercosul (REAF): Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTRN); Unicafes; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF); Departamento Intersindical de Estudos Rurais (Deser) e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP).

OBJETIVOS

Seu funcionamento visa a inserção da agricultura familiar na integração regional por meio de análise, debate e formulação de políticas públicas para os países do bloco.

DESCRIÇÃO

A REAF foi uma iniciativa proposta pelo governo brasileiro para o Mercosul em 2004. Legalmente se estabeleceu a partir da Resolução Número 11/04 do Grupo Mercado Comum (Mercosul/GMC/RES n.º11/04). Trata-se de um espaço de diálogo entre governos e organizações representativas da agricultura familiar dos Estados membros do Mercosul. A REAF se organiza através de seções nacionais. Na sua base está o princípio da solidariedade e complementariedade, visando a redução das assimetrias entre os países e o desenvolvimento da América do Sul.

ATIVIDADES E RESULTADOS

A REAF inaugura a inserção da agricultura familiar, enquanto agenda de política pública, no Mercosul. Alguns dos projetos aprovados pela reunião foram:

- a) Curso de Compras Públicas;
- b) Cursos Regionais de Formação de Jovens Rurais do Mercosul (com edições em 2010 e 2012). No Brasil este projeto é realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO);
- c) Selos Nacionais de Identificação da Agricultura Familiar do Mercosul (2014);
- d) Projeto de Extensão oferecido em parceria com a UNILA (“Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no âmbito da REAF”) em 2011.



GT DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL DA CELAC

NATUREZA

Participação em espaço institucionalizado

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES ENVOLVIDOS

Brasil, Haiti, Suriname, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru, Uruguai, Venezuela, República Dominicana, Equador, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Antígua e Barbuda, Guiana, Jamaica, Santa Lucía, São Cristóvão e Nevis, Trindade e Tobago, São Vicente e Granadinas

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil acompanharam esta agenda o Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC), através do CONSEA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representando o Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar da FAO.

OBJETIVOS

O grupo de trabalho em agricultura familiar e desenvolvimento rural foi criado para fortalecer estratégias de modo a reduzir as diferenças regionais, promover o desenvolvimento sustentável e articular a cooperação entre os países.

DESCRIÇÃO

Durante a Iª reunião de ministros da agricultura da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), em 2014, aprovou-se dois temas a serem objeto de atenção do bloco: a) segurança alimentar e nutricional e a erradicação da fome; e b) agricultura familiar e desenvolvimento rural. No mesmo ano, este processo evoluiu na criação de um grupo de trabalho especializado para debater agricultura familiar e desenvolvimento rural. Ele seria presidido pela Presidência Pro-Tempore da CELAC (Costa Rica), que por sua vez seria responsável pela construção de um plano de ação. Os trabalhos da CELAC em torno desta temática têm sido apoiados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Associação Latino-americana de Integração (ALADI) e Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

ATIVIDADES E RESULTADOS

Na CELAC o tema avançou através da aprovação do Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome 2025 em 2015 e do Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014. Também tem havido um importante respaldo da CELAC ao tema da agroecologia na América Latina. Em 2014 a CELAC apoiou o Seminário Regional de Agroecologia, organizado por governos latino-americanos, sociedade civil e FAO.



MECANISMO DE FACILITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

NATUREZA

Participação em espaço institucionalizado

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES ENVOLVIDOS

Brasil, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil, participam do Mecanismo de Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que também integra o Grupo de Trabalho em Agricultura Familiar, via Plataforma de Camponeses da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PCCPLP); e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Também estão presentes o Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional de Angola; a Plataforma das ONGs de Cabo Verde (PONGs); a Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB); Rede de Organizações pela Soberania Alimentar em Moçambique (ROSA); Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REALIMENTAR); Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN-STP); União Nacional das Associações de Agricultores e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA); Federação Camponesa da Guiné Bissau (KAFO); União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC); Confederação Nacional da Agricultura de Portugal (CNA); Federação Nacional das Associações de Pequenos Agricultores de São Tomé e Príncipe (FENAPA).

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A FAO apoiou a primeira reunião do GT de Agricultura Familiar e colaborou com iniciativas vinculadas à sociedade civil no âmbito da CONSAN-CPLP.

OBJETIVOS

O CONSAN visa a ampliação e o debate da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP). Pretende-se que o Mecanismo de Sociedade Civil da CONSAN reforce as dinâmicas de diálogo e participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas em curso relacionadas à temática da SAN no nível nacional e regional da CPLP.

DESCRIÇÃO

Trata-se de uma plataforma criada em 2011 congregando setor privado, sociedade civil, governos e acadêmicos dos países da CPLP. O CONSAN funciona como órgão de assessoria da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP e reúne-se bianualmente.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Durante a 1ª Sessão do CONSAN-CPLP realizada em 2012, aprovou-se a criação do GT de Agricultura Familiar. Neste âmbito participam governos e sociedade civil (a partir da PCCPLP). Além disso, nos marcos do CONSAN houve a criação do Mecanismo de Facilitação e Participação da Sociedade Civil. Trata-se de um organismo independente que visa a coordenação de organizações sociais para negociações, tomadas de decisão e trabalhos regulares do CONSAN. Alguns dos resultados ligados ao papel da sociedade civil no CONSAN são a) aprovação do Plano de Atividades da Rede Regional da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP) e do Plano de Atividades da PCCPLP para o biênio 2015/2016; b) realização do I Fórum de Agricultura Familiar e Nutricional na CPLP; c) realização do seminário sobre intercâmbio de experiências agrícolas organizado pela sociedade civil da CPLP intitulado “Políticas Públicas e Métodos de Produção Sustentável na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, em outubro de 2015.



MECANISMO INTERNACIONAL DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR DAS NAÇÕES UNIDAS

NATUREZA

Participação em espaços institucionalizado

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES ENVOLVIDOS

A representação internacional é composta por Indonésia, Mali, Camarão, Paquistão, Uganda, Índia, Nigéria, Quênia, Moldávia, Malásia, Canadá, Panamá, Equador. Na representação subregional estão organizações dos seguintes países, Estados Unidos, Nicarágua, Colômbia, Uruguai, Romênia, Países Baixos e Jordânia.

MOVIMENTOS PARCEIROS

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (representação via a União Internacional dos Trabalhadores da Agricultura - UITA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRJ), Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC) e Instituto Pólis.

OBJETIVOS

O objetivo do mecanismo é facilitar a participação da sociedade civil nas políticas de desenvolvimento em agricultura, segurança alimentar e nutricional, nos níveis nacional, regional e global no contexto do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas.

DESCRIÇÃO

O O Mecanismo Internacional de Participação da Sociedade Civil no Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas (MSC-CSA) é um organismo autônomo e auto-organizado para facilitação, consulta e participação das organizações da sociedade civil dos diversos países integrantes do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Esta plataforma foi criada no marco da reforma do CSA em 2009, reunindo atores políticos organizados que representam os grupos mais prejudicados pela insegurança alimentar mundial (camponeses, indígenas, mulheres, pobres urbanos, pastoralistas, pescadores artesanais, entre outros). A organização do mecanismo se dá a partir de 15 grupos de trabalho. As organizações brasileiras que lidam com a questão agrária no Brasil atuam através do GT Nutrição, GT Monitoramento e GT Urbanização e Transformação Rural.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Desde sua reforma em 2009, o MSC-CSA contribuiu para o desenvolvimento de alguns dos mais importantes resultados no Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional da ONU. Entre eles está o acordo internacional “Orientações Voluntárias em Governança Responsável da Terra, Pesca e Florestas”. O Mecanismo também tem participado das negociações para a proposta dos “Princípios para Investimento Responsável na Agricultura e Sistemas Alimentares”. Fez parte do processo de consulta que permitiu o Comitê de Pesca da FAO aprovar as Diretrizes Voluntárias para Pesca Sustentável de Pequena Escala. O Mecanismo ajudou a introduzir conceitos como soberania alimentar e agroecologia na agenda internacional, além de contribuir para a inserção da dimensão nutricional no conceito de segurança alimentar.



ENGAJAMENTO NO CONSELHO DE GOVERNADORES DO FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

NATUREZA

Participação em espaço institucionalizado

CAMPO DE ATUAÇÃO

Desenvolvimento Rural

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES ENVOLVIDOS

Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Confederação Nacional dos
Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

OBJETIVOS

Em 2015, a CONTAG propôs novas frentes para a atuação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no Brasil. Entre as propostas da organização estavam a expansão dos projetos para todos os estados do Nordeste; a inclusão de ações voltadas para assalariados (as) rurais; a promoção de experiências como a pedagogia da alternância (a exemplo das Escolas Família Agrícola); o fortalecimento de assentamentos no Brasil, reforçando o acesso a políticas públicas, com ênfase contínua das questões de gênero e geração, bem como a expansão da ação do FIDA para a região Norte.

DESCRIÇÃO

O FIDA é uma instituição financeira das Nações Unidas que tem como objetivo combater a pobreza em países em desenvolvimento por meio do financiamento de projetos de produção agrícola. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) participou na reunião de preparação do novo Programa de Oportunidades Estratégicas do País (COSOP), que definiu a operação do FIDA no Brasil para os próximos anos.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Em 2015 a CONTAG participou da elaboração do Programa de Oportunidades Estratégicas do País (COSOP) do FIDA e na Oficina de Planejamento das metas e ações do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – MERCOSUL para o período de 2015-2018.



GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

NATUREZA

Participação em espaço institucionalizado

CAMPO DE ATUAÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência

PAÍSES ENVOLVIDOS

Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Rede Nacional de Mobilização (COEP), entre outros.

OBJETIVOS

Difundir o posicionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em diversas instâncias internacionais ligadas à estrutura de segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar.

DESCRIÇÃO

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é composto por atores da sociedade civil brasileira afim de propor elementos para formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas para segurança alimentar e nutricional. Seu surgimento foi resultado de uma intensa mobilização social que se iniciou a partir da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), em 1986. Juntamente com o relatório técnico “Segurança Alimentar - proposta de uma política de combate à fome” do Ministério da Agricultura, as proposições de parte do governo e de movimentos sociais

pressionaram para que o conselho fosse criado. No campo da governança global em segurança alimentar e nutricional o CONSEA envia recomendações ao grupo de acesso do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, solicita ao governo brasileiro a liberação de recursos para projetos de cooperação Sul-Sul e também encaminha proposições que podem subsidiar o posicionamento da política externa brasileira nas negociações internacionais de comércio.

ATIVIDADES E RESULTADOS

- a) elaborou recomendações à Presidência da República por meio de Exposições de Motivos (entre 2004 e 2013 foram registradas 12 exposições de motivos que tinham relação direta ou indireta com assuntos internacionais);
- b) inseriu a dimensão internacional da segurança alimentar e nutricional nos documentos oficiais (III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 2011, IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2, de 2014;
- c) produziu informações, incidência em espaços internacionais e intercâmbio de experiências (a publicação “A Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a Experiência Brasileira”, de 2009; “A Construção Social de um Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional

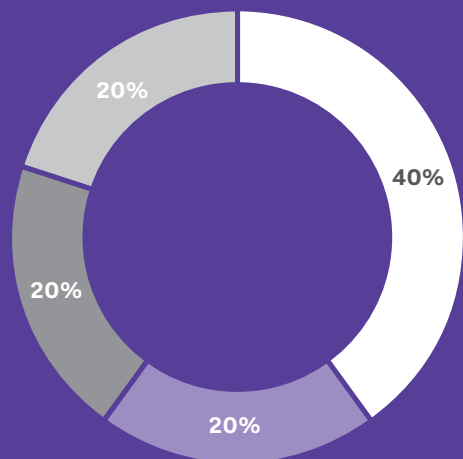
- A Experiência Brasileira”, de 2012; “Agenda de Nutrição nas Estratégias Internacionais: Iniciativas em Andamento, Desafios e Propostas”);
- d) recebeu delegações de países estrangeiros e também participou em eventos promovidos em outros países ou por organismos internacionais;
- e) produziu recomendações específicas sobre mudança climática e seus impactos na segurança e soberania alimentar e nutricional, em função da reunião COP15, em Copenhague, no ano de 2009;
- f) participou no Comitê Executivo do Painel de Especialistas de Alto Nível do Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas (HPLE-CFS, na sigla em inglês).



2.4

DIÁLOGO E FORMAÇÃO

Gráfico 8.
TEMA DAS INICIATIVAS EM DIÁLOGO E FORMAÇÃO



- Agricultura Familiar
- Desenvolvimento Rural
- Extrativismo
- Globalização Alternativa

Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas



FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extratativismo; Globalização Alternativa

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e incidência

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativa da Guiana; Suriname, Colômbia, Peru e Guiana Francesa.

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) acompanha e apoia os debates. No total há um número variável de movimentos sociais, organizações, entidades representativas de comunidades e povos tradicionais dos países envolvidos.

OBJETIVOS

- a) articular os movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos originários dos nove países da Bacia Amazônica, sobretudo em torno de algumas agendas comuns;
- b) aproximar culturas;
- c) promover a solidariedade entre os movimentos e quebrar o isolamento das lutas de resistência;
- d) fortalecer o combate anti-imperialista;
- e) desenvolver a autonomia dos povos;
- f) promover a justiça social e ambiental;
- g) opor-se aos modelos de desenvolvimento predatórios e nocivos aos povos que vivem na Pan-Amazônia;
- h) discutir alternativas que construam a justiça e a igualdade social.

DESCRIÇÃO

O Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA) é um evento-processo que começou em 2002 e buscou articular os movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos originários da zona conhecida como Pan-Amazônia. Desde 2010 sua organização se dá a partir de encontros bianuais. Antes disso, entre 2002 e 2005 houve 4 edições. Dentre seus marcos de origem está o Fórum Social Mundial (FSM). Inicialmente o FSPA foi constituído como uma seção local do FSM, a partir do apoio da prefeitura de Belém do Pará. O financiamento do evento é variado a cada ano, podendo advir das 3 esferas do governo, empresas estatais, ONGs, organizações humanitárias ou autofinanciamento via inscrições.

ATIVIDADES E RESULTADOS

- a) manutenção de vínculos entre as organizações pan-amazônicas e fortalecimento de lutas nacionais;
- b) sinergia entre outras agendas de interesse público não necessariamente ligados à Amazônia brasileira.



DIÁLOGO DOS POVOS

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extratativismo

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil, Uruguai, Paraguai, México, Peru, Chile, Argentina, Guatemala, Honduras, Haiti, Costa Rica, Namíbia, Quênia, Tanzânia, Moçambique, Madagascar, Maláui, Zimbábue e África do Sul

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil participam o IBASE; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-Amazônia); Instituto Paulo Freire; Instituto da Mulher Negra (Geledés); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Sem-Terra (MST) e Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos. Na América Latina participam Coordinadora Indígena de Organizaciones Indígenas (CAOI-Peru); Coordinadora para Asentamientos Espontaneos (Paraguai); Articulación Feminista Marcosur (Uruguai); Grupo de Estudios sobre America Latina y Caribe (Argentina) e Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indigenas (ANAMURI-CLOC-Via Campesina). Na África participam, União Nacional de Camponeses (UNAC - Moçambique), Eastern and Southern Africa Small Scale Farmers Forum (ESAFF- Quênia), Namibia National Farmers Union (NNFU - Namíbia), entre outros.

OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é identificar e fortalecer as lutas na África e América Latina bem como trabalhar em uma agenda comum entre os dois continentes afim de construir um modelo econômico político e social de desenvolvimento baseado nos princípios de justiça ambiental e social. Os objetivos específicos do Diálogo dos Povos são **a)** fortalecer a solidariedade Sul-Sul; **b)** construir um arranjo inter-regional para troca de informações e experiências; **c)** analisar e aprender a partir das lutas e mobilizações que estão em processo nas diversas regiões do mundo; **d)** intensificar o fluxo de conhecimento entre organizações rurais e urbanas dos países; **e)** fortalecer a participação qualificada dos movimentos em alianças regionais no Fórum Social Mundial; **f)** monitorar o papel da África do Sul e Brasil como líderes regionais; **g)** explorar a construção de modelos alternativos de desenvolvimento

DESCRIÇÃO

Trata-se de uma iniciativa intrarregional que inclui diversas atividades de caráter político, previstas para o período entre 2015 e 2017. A proposta é proporcionar articulação entre organizações e movimentos sociais da América Latina e África, afim de inserir a pauta dos direitos humanos, soberania alimentar, pobreza, gênero e raça em políticas públicas nos níveis nacional, regional e internacional. Foi formado a partir da relação bilateral

entre o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Centro de Desenvolvimento e Informação Alternativa de Cape Town na África do Sul, em colaboração com outras organizações africanas e latino-americanas. O financiamento da iniciativa é realizado pela Agência de Cooperação Katholische Jungschar (DKA-Áustria)

ATIVIDADES E RESULTADOS

Em 2015, registra-se **a)** participação da Alternativa Mining Indaba (AMI) e o estabelecimento de duas brigadas (África e América Latina) para aprendizagem e compartilhamento das experiências locais de organização, luta e combate no impacto do complexo agro-mineral-energético; **b)** participação de atividade à margem da reunião da COP 21 em Paris, junto à outras organizações e redes da sociedade civil; **c)** visita à área do “Massacre Marikana”, com a Associação de Mineiros e União de Construção (AMCU), viúvas e garimpeiros feridos e encontro com a comunidade Sikula Sonke e outras associações e monitores locais, na África do Sul. O processo também foi responsável por gerar laços entre organizações da sociedade civil brasileira e africana que facilitaram o projeto Banco de Sementes Crioulas entre Brasil, África do Sul e Moçambique, ver página 22.



FÓRUM RURAL MUNDIAL

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Desenvolvimento Rural

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

África, Ásia, Europa, América e Oceania

MOVIMENTOS PARCEIROS

Federações de agricultores, organizações rurais e centros de pesquisa agrícola dos cinco continentes. No Brasil atuam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Unicafe. Especificamente na construção do Ano Internacional da Agricultura Familiar participaram a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) entre outros movimentos.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

O Ano Internacional da Agricultura Familiar teve apoio da Oxfam, ActionAid, Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil.

OBJETIVOS

Acordo e concertação entre sociedades, grupos, instituições e pessoas que compartilham abordagens semelhantes em matéria de apoio à vida rural; formulação e proposição de políticas integradas de desenvolvimento sustentável no meio rural; reflexão e análise dos efeitos da globalização sobre a vida rural, suas sociedades, sua economia e seu meio ambiente; desenvolvimento multifuncional da vida rural no contexto das políticas globais.

DESCRIÇÃO

O Fórum Rural Mundial (FRM) é uma plataforma política plural, com sede na Espanha. Sua atividade principal é a promoção da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. É composta por organizações, federações, cooperativas e centros de investigação que atuam neste campo. Seu surgimento foi consequência do Congresso Internacional em Comércio e Desenvolvimento Rural, de 1998. Naquela época, coincidente com a incorporação da agricultura nas negociações da OMC, o evento serviu de cenário para analisar as possíveis implicações da inclusão da agricultura no comércio mundial, para os pequenos agricultores.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Um dos principais processos do FRM foi a campanha “Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena” (iniciada em 2008). Em 2014, as Nações Unidas aprovam a proposta do Ano Internacional na Resolução 66-222 da Assembleia Geral da FAO. Esta campanha foi a primeira da série “Ano Internacional” a ser organizado pela sociedade civil. No Brasil, o Comitê Nacional responsável por construí-la teve a participação de movimentos e entidades sociais.



FÓRUM INTERNACIONAL ANDINO AMAZÔNICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Desenvolvimento Rural; Extrativismo

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil, integram o Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES); o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Nos outros países fazem parte: Acción Cultural Loyola; Asociación Arariwa; Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica; Ciencias del Desarrollo de la Universidad Mayor de San Andrés; Centro de Investigación y Promoción del Campesinado; Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO); Fundación Taller de Iniciativas en Estudios Rurales y Reforma Agraria; Grupo Social Fondo Ecuatoriano Populorum Progressiones; Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica; Pan Para el Mundo - Bread for the World.

OBJETIVOS

O objetivo geral do Fórum é fortalecer os espaços de diálogo plural e democráticos para aprofundar a análise, reflexão, debate e construção coletiva de propostas sobre o desenvolvimento rural na região andina amazônica.

DESCRIÇÃO

O Fórum Internacional Andino Amazônico de Desenvolvimento Rural Sustentável é uma aliança criada em 2011 por um conjunto de organizações e movimentos da região andina amazônica com experiência em desenvolvimento rural. O Fórum é organizado a partir de dois grupos, um que dá continuidade e planejamento aos encontros regionais e outro formado pela sociedade civil apoiadora (pontos focais nacionais ou locais, propondo e organizando as atividades regionais e liderando tarefas autogestionadas). Em 2015 foi realizado o terceiro fórum a partir de quatro mesas temáticas (a agenda das organizações indígenas e camponesas; impactos da expansão da fronteira agrícola; extrativismo rural e sustentabilidade e o paradigma do Bem-Viver).

ATIVIDADES E RESULTADOS

No marco do seu objetivo geral, o Fórum realiza atividades como investigações sociais delimitadas em quatro dimensões estratégicas (Estado e democracia, Economia e dinâmicas transfronteiriças, Recursos naturais e Modelos de desenvolvimento); desenvolve propostas e incidência nos Estados no tema do desenvolvimento rural; estabelece o diálogo e debate democrático com o protagonismo dos atores sociais. Recentemente, o Fórum emitiu uma nota de posicionamento sobre a conjuntura política brasileira de 2016.



OFICINA REGIONAL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E ACESSO AOS CONTRATOS DE COMPRAS PÚBLICAS

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Etiópia, Burundi, Ruanda, Senegal
e Moçambique

MOVIMENTOS PARCEIROS

Nas Filipinas a oficina foi organizada pela AFA (Asian Farmer's Associations for Sustainable Rural Development) e pela organização filipina Pakisama (National Federation of Peasant Organisation - Pambansang Kilusan ng mga Samahang Magsasaka), e em Kigali, Ruanda, pelas organizações de camponeses da região dos Grandes Lagos (Confédération des Associations des Producteurs Agricoles pour le Développement (CAPAD), Federation of farmers and pastoralists of Rwanda (IMBARAGA), Ruwanda's Farmers Trade Union (INGABO), Ligue des Organisations des Femmes Paysannes du Congo (LOFEPACO), Fédération des Organisations des Producteurs Agricoles du Congo au Nord-Kivu e Fédération des Organisations des Producteurs Agricoles du Congo au Sud-Kivu (FOPAC-NK e SK). Em ambos os fóruns a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) representou os movimentos camponeses brasileiros.

OBJETIVOS

Permitir a troca de informação e experiência entre a FETRAF e as organizações camponesas a respeito das políticas públicas de comercialização da produção proveniente da agricultura familiar no Brasil. Pautou-se principalmente a dinâmica do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

DESCRIÇÃO

Através do programa Purchase from Africans for Africa (PAA África), em parceria com a organização não governamental belga Collectif Stratégies Alimentaires, a FAO apoiou a realização de dois fóruns regionais da sociedade civil, um em Manila (Filipinas) e outro em Kigali, (Ruanda). Ambas oficinas trataram o tema das compras governamentais na agricultura familiar. Em Ruanda, a “Oficina Regional de Kigali sobre a melhoria de condições de acesso aos contratos públicos por parte dos agricultores familiares” foi realizada entre os dias 7 e 10 de dezembro de 2015. Foram compartilhadas a experiência de comercialização dos produtores familiares brasileiros (especificamente a dinâmica do Programa de Aquisição de Alimentos do Brasil) e a importância da organização sindical e social na garantia do acesso à política pública.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Palestras e visitas às comunidades e propriedades rurais, em diálogo direto com os agricultores familiares



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Globalização alternativa

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Variável

MOVIMENTOS PARCEIROS

As organizações brasileiras que fizeram parte do comitê organizador do fórum foram o Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (IBASE), Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Associação para a Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), Comissão Brasileira de Paz e Justiça (CBPJ), Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania (CIVES), a Rede Social para Justiça e Direitos Humanos, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Sem-Terra (MST) e FASE.

OBJETIVOS

Na Carta de Princípios do Fórum Social Mundial (FSM) é possível inferir que a) estimular as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional, incentivando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária; b) fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social; c) proporcionar um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articule de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional; d) construir um processo permanente de busca e construção de alternativas.

DESCRIÇÃO

O FSM é um encontro anual entre entidades da sociedade civil de diversos países, que buscam desenvolver e fortalecer alternativas críticas ao atual modelo de desenvolvimento hegemônico (também conhecido como “neoliberalismo”) e ao seu projeto de globalização. Os membros se identificam com a linha política do “movimento de justiça global”, também conhecidos como “movimento alter-globalização”. A proposta de seus idealizadores nasceu como uma reação

ao Fórum Econômico Mundial de Davos (FEM). Na ideia original, o evento aconteceria em países do Sul global e sempre paralelo ao FEM. Em 2001 foi lançada a “Carta de Princípios do Fórum Social Mundial”.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Diversas articulações foram criadas e fortalecidas. Também se destaca o manifesto “Porto Alegre convoca para as mobilizações”, em 2001, que se tornou uma iniciativa entre diversas organizações como MST, Via Campesina, CUT, 50 Years is Enough, Our World is Not for Sale (OWINS), além de ONGs de diversos países. O grupo se uniu para atuar a partir de uma agenda de manifestações e da produção de posições comuns a respeito de temas como guerras e efeitos do neoliberalismo. Surgiram campanhas, acordos entre governos e sociedade civil, entre eles o convênio entre o MPA do Brasil e o governo da Venezuela, a partir da edição de 2005 e o diálogo entre o MMC e movimentos africanos em parceria com os governos para a realização de um projeto de cooperação envolvendo sementes crioulas.



CURSO NACIONAL DE SEMENTES CRIOULAS DO MPA

NATUREZA

Diálogo e formação

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar; Soberania Alimentar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Intercâmbio técnico; Mobilização,
Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Argentina, Paraguai, Moçambique, Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimento Nacional Campesino Indígena da Argentina (MNCI), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Coordenadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas de Paraguay (CONAMURI) e Organización de Lucha por la Tierra (OLT), do Paraguai;

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Ministério de Desenvolvimento Social.

OBJETIVOS

Apresentar e discutir elementos ligados ao sistema oligopólico mundial das sementes, tais como o papel da ciência e das patentes, o processo de concentração e centralização da oferta de sementes e a privatização da pesquisa agrícola. Além disso, pretendeu-se aprofundar laços entre as organizações camponesas parceiras.

DESCRIÇÃO

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realizou entre os dias 3 e 13 de maio de 2013, em Santa Catarina, um curso que contou com a participação de representantes de diversos estados do Brasil e de camponeses de outros países.

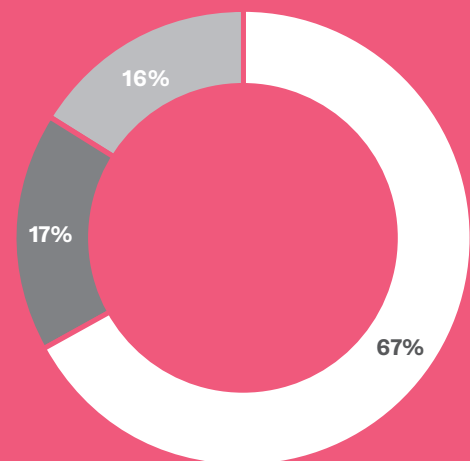
RESULTADOS

Houveram estudos, debates técnicos, políticos e práticos. Os movimentos tiveram um tempo de exposição acerca de suas experiências com sementes.



2.5 CAMPANHAS

Gráfico 9.
TEMAS DAS INICIATIVAS EM CAMPANHAS



■ Extrativismo ■ Agricultura Familiar
■ Agricultura

Fonte: Elaboração Própria com base nas informações levantadas



CAMPANHA INTERNACIONAL “NÃO AO PROSAVANA”

NATUREZA

Campanha

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extratativismo; Agricultura

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Brasil, Moçambique e Japão

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil estão presentes: Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Comissão Pastoral da Terra; Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Via Campesina; Conselho Indigenista Missionário; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); pesquisadores/as de diversos departamentos de universidades, tais como o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará; Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará e LABMUNDO da Universidade Federal da Bahia. Em Moçambique, participam Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); Fórum Mulher; União Nacional dos Camponeses (UNAC); Liga Moçambicana

dos Direitos Humanos (LDH); Justiça Ambiental; Amigos da Terra Moçambique e Livaningo. No Japão, há organizações e grupos da sociedade civil que monitoram a cooperação japonesa em Moçambique, em especial o ProSavana, em diálogo com a UNAC. São eles, a Oxfam Japão; No to Land Grab Japão; Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (ATTAC Japão); África-Japão Forum e Japan International Volunteer Center (JVC).

OBJETIVOS

A campanha defende a suspensão das ações em curso do projeto ProSavana; a consulta livre, prévia e informada dos povos camponeses do norte de Moçambique; o fortalecimento de uma agenda propositiva da cooperação Sul-Sul brasileira a partir de outros modelos de desenvolvimento que enfatizem a agricultura familiar e camponesa e a soberania alimentar dos povos do Brasil e África.

DESCRIÇÃO

Esta campanha surgiu a partir da resistência e crítica à iniciativa trilateral “Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala”, também conhecida como ProSavana. O ProSavana visa promover a expansão do agronegócio de larga escala inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira

para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), financiado pelos japoneses na década de 1970. A campanha é liderada por movimentos camponeses moçambicanos e está centrada na defesa da agricultura familiar e camponesa bem como da soberania alimentar dos povos do norte de Moçambique. Participam desta mobilização diversas organizações e movimentos sociais de Moçambique, Brasil e Japão, países cujos governos são parceiros no projeto. A “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o programa ProSavana” e a realização da Conferência Triangular dos Povos, em 2013, marcam o início formal da campanha.

ATIVIDADES E RESULTADOS

A trajetória do “Não ao ProSavana” gerou a/o: **a)** atraso na implementação do programa em razão da consistência das críticas apresentadas; **b)** necessidade de resposta dos governos às críticas da campanha; **c)** fortalecimento de laços entre movimentos sociais moçambicanos, brasileiros e japoneses; **d)** trocas de informação que levaram ao acompanhamento de outros processos políticos relevantes à sociedade civil brasileira; **e)** maior clareza sobre a lógica da política de cooperação e investimentos entre os governos do Brasil e África; **f)** fortalecimento dos marcos jurídicos pelos direitos territoriais de comunidades tradicionais em Moçambique, Brasil e Japão.



CAMPANHA EM DEFESA DE YASUNI

NATUREZA

Campanha

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extratativismo

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Alemanha, Austrália, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Equador, Inglaterra, Espanha, Suíça, Holanda e Estados Unidos.

MOVIMENTOS PARCEIROS

No Brasil fazem parte a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Plataforma Brasileira dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Muitas organizações de outros países pertencem à rede Oilwatch.

OBJETIVOS

A campanha reivindica um compromisso público por parte da Petrobras para que a empresa não realize atividades de exploração em territórios indígenas e de reconhecida fragilidade socioambiental, como os parques nacionais. A proposta da campanha é que a Petrobras utilize os parâmetros da legislação brasileira nos países em que as leis de proteção ambiental e de populações sensíveis for menos rígida.

DESCRIÇÃO

Desde a década de 1990, concessões para o desenvolvimento de atividades petrolíferas no Parque Yasuni (localizado na porção amazônica do território equatoriano) vão na contramão dos direitos de povos indígenas que habitam a região. No início de 2004, organizações indígenas e ambientalistas iniciaram uma campanha reivindicando a suspensão da licença dada à Petrobras no Bloco 31 (uma das últimas zonas livres de atividade petrolífera da Amazônia equatoriana). A mobilização foi articulada no âmbito da RBJA que, em agosto de 2004, foi convidada para participar de uma missão internacional naquela região. A atividade, organizada em parceria com a sociedade civil equatoriana, avaliou os impactos ambientais das petroleiras no interior do Parque. A partir disso, a RBJA articulada com outras organizações internacionais deram início a uma campanha junto à sociedade e ao governo brasileiro.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Em setembro de 2008, a Petrobras e o governo equatoriano assinaram uma ata de entendimento para devolução do Bloco 31 ao Equador. Foram realizadas as seguintes atividades **a)** envio de cartas aos governos brasileiros e equatoriano; **b)** visita da então relatora para Direito Humano ao Meio Ambiente das Nações Unidas ao Parque Nacional Yasuni, onde foi realizada uma audiência com os povos indígenas que seriam afetados pelas atividades da empresa; **c)** reuniões com a ouvidoria da empresa; **d)** apresentação no Conselho Nacional de Meio Ambiente de uma moção de recomendação à Petrobras para que adotasse voluntariamente o compromisso de não operar em áreas protegidas nos países onde atua, seguindo o que prescreve a legislação brasileira; **e)** publicação de artigos e entrevistas na imprensa nacional e internacional; **f)** publicação do livro “Petrobras: explotación o integración?”, em 2005, pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, dando visibilidade às denúncias de movimentos e organizações sul-americanas sobre a atuação da empresa nos países do subcontinente e evidenciando publicamente uma série de conflitos socioambientais envolvendo as atividades da Petrobras nos países vizinhos.



CAMPANHA GLOBAL PARA “DESMANTELAR O PODER CORPORATIVO”

NATUREZA

Campanha

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extrativismo

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES DE ATUAÇÃO

Brasil, Espanha, África do Sul, Irlanda, México, Filipinas, Índia, Bélgica, Finlândia, Japão, Áustria, Marrocos, Suíça, Equador, Alemanha, Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Honduras, Canadá, Zâmbia, Bolívia, Peru, entre outros

MOVIMENTOS PARCEIROS

Participam entidades de caráter internacional (Amigos da Terra, Atingidos pela Vale, Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, por exemplo); regional (Jubileu Sul, Rede Latino-americana por Acesso à Medicamentos, por exemplo) e nacionais. No Brasil, participam a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA); Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC); Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Terra de Direitos e Instituto de Estudos sócioeconômicos (INESC).

OBJETIVOS

- a) promoção do “Tratado Internacional dos Povos” (proposta de acordo vinculante e de nível nacional e internacional regulando as operações de corporações transnacionais no que se refere às violações de direitos humanos);
- b) fortalecer lutas locais, regionais e nacionais que combatem as violações praticadas por empresas transnacionais;
- c) expor e denunciar a chamada “arquitetura da impunidade” (legislações que defendem direito dos investidores em detrimento de direitos sociais) assim como analisar e expor como acordos de comércio e investimento facilitam e legitimam este processo.

DESCRIÇÃO

Esta campanha foi oficialmente lançada em 2012. Dois importantes processos que deram fôlego a esta mobilização foram o trabalho do Tribunal Permanente dos Povos e a rede bi-regional Europa-América Latina e Caribe “Enlazando Alternativas”. As atividades de ambos grupos revelaram que na América do Sul e na Europa grandes empresas transnacionais, sobretudo as europeias, geravam um padrão sistemático de violação de direitos humanos. Indústrias extrativistas, por exemplo, gozavam de contínua impunidade. Há mais de 200 signatários por todo mundo, que atuam por meio de monitoramento dos casos, solidariedade direta às lutas (através de cartas de posição para autoridades governamentais), organização de atividades no Fórum Social Mundial e outros eventos e participação direta na negociação das Nações Unidas para um tratado vinculante de direitos humanos sobre empresas transnacionais.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Entre os resultados destacam-se a Resolução 26/9 que estabelece um grupo de trabalho intergovernamental para criar instrumentos vinculantes visando a regulação das corporações transnacionais no campo dos direitos humanos. O processo de negociação para este tratado abriu um espaço de diálogo no Conselho de Direitos Humanos que estava se perdendo (até então havia um consenso tácito de que as normas deveriam ser voluntárias). Também houve um fortalecimento de laços entre os grupos de resistência e o favorecimento da mobilização de grupos em outros países.



CHEVRON TOXICO

NATUREZA

Campanha

CAMPO DE ATUAÇÃO

Extratativismo

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Equador, Brasil

MOVIMENTOS PARCEIROS

A plataforma brasileira de apoio à Unión de Afectados por la Petrolera Chevron-Texaco (UDAPT) é composta pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Justiça Global, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), entre outros.

OBJETIVOS

Os movimentos e organizações no Brasil buscaram mobilizar a opinião pública e a avaliação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto a homologação da sentença equatoriana no Brasil além de dar apoio político à ação junto com outros movimentos sociais brasileiros.

DESCRIÇÃO

Na década de 1990, 30 mil atingidos no Equador pela atuação da Chevron Texaco - empresa do ramo energético, principalmente petrolífero - encaminharam uma ação civil pública à justiça norte-americana. A ação foi repassada à justiça do Equador. Em 2012, quando os atingidos ganharam o caso na Suprema Corte equatoriana, a empresa começou a fazer uma campanha de difamação do sistema judicial do Equador e se recusou a pagar a reparação devida, retirando todos seus ativos daquele país. A campanha “Chevron Tóxico chegou ao Brasil porque os atingidos tentaram homologar a sentença equatoriana no STJ. Assim, os representantes da UDAPT convocaram uma articulação junto aos movimentos sociais e organizações brasileiras.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Em 2012, os atingidos finalmente conseguiram uma decisão judicial favorável da Suprema Corte equatoriana. A empresa foi condenada a pagar US\$9,5 bilhões a um fundo de reparação, mas retirou todos os seus bens do país para evitar a execução da sentença. Em 2015, o caso chegou ao Superior Tribunal de Justiça do Brasil, que decidirá pela imposição de reparação de danos aos atingidos. Todo o processo da campanha também promoveu maior articulação entre os movimentos dos países.



“SEMENTES PATRIMÔNIO DOS POVOS A SERVIÇO DA HUMANIDADE”

NATUREZA

Campanha

CAMPO DE ATUAÇÃO

Agricultura Familiar

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Incidência; Mobilização, Resistência e construção de alternativas

PAÍSES EM ATUAÇÃO

Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

MOVIMENTOS PARCEIROS

Movimento dos Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A Oxfam apoiou esta campanha por meio da Campanha Cresça.

OBJETIVOS

- a) garantir o direito de todos e todas agricultores e agricultoras familiares de produzirem suas próprias sementes “varietais”, de forma individual ou comunitária;
- b) preservar e viabilizar a produção própria de sementes através da democratização da produção de sementes e da garantia do princípio da soberania alimentar, em todos os países e nas comunidades de todo o mundo;
- c) garantir e difundir a produção de sementes saudáveis e adequadas ao meio ambiente de cada região; ao mesmo tempo evitar que a produção e o comércio de sementes sejam baseados apenas no lucro e na exploração econômica;
- d) impedir a disseminação de sementes transgênicas para cultivos comerciais enquanto a comunidade científica não tiver condições de conhecer exatamente suas consequências para a saúde dos agricultores e dos consumidores e para o meio ambiente;
- e) impedir que as empresas

transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e da comercialização de sementes;

- f) estimular, entre todos os agricultores familiares do mundo, a consciência da importância do cultivo de suas sementes;
- g) pressionar para que a FAO e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declarem as sementes “varietais” patrimônio cultural de toda a humanidade;
- h) pressionar para que os governos de cada país resistam à imposição, pelo capital monopolista internacional, de leis de propriedade intelectual e de patentes sobre as sementes;
- i) pressionar para que os produtos da agricultura, em particular os alimentos e as sementes, não sejam objeto da legislação e acordos sob a tutela da Organização Mundial do Comércio (OMC).

DESCRIÇÃO

Trata-se de uma campanha inaugurada pela Via Campesina, formalmente em janeiro de 2003, durante a realização do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS) no Brasil. A ideia surgiu no ano anterior, a partir da realização da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em Roma, Itália.

ATIVIDADES E RESULTADOS

Inspirado pelo processo da campanha, o MST iniciou atividades na regional de Tupanciretã (Rio Grande do Sul), para a criação de um banco de sementes (o primeiro surgido a partir da campanha). O projeto foi organizado por agricultores assentados, técnicos da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (Coptec), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), freis capuchinos e franciscanos e os municipais (assentados da reforma sem vinculação formal com o MST). Este banco foi apresentado em feiras, encontros e congressos onde se realizaram trocas de sementes. Também foram produzidas cartilhas sobre a produção das sementes crioulas.



3.

REFLEXÕES FINAIS

A partir de sua experiência de engajamento transnacional em formas de resistência e proposição de alternativas, as organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicatos rurais brasileiros indicam uma série de desafios e aprendizados, sistematizados nas próximas páginas.



3.1

DESAFIOS

→ **Os movimentos e organizações têm acesso limitado à informações e espaços de participação** Quando a sociedade civil do Brasil é convidada para dialogar com o governo sobre questões internacionais, faltam informações sobre a pauta da reunião e o critério de seleção dos participantes. Ao mesmo tempo, inexistem espaços participativos nacionais permanentes para possibilitar algum tipo de incidência dos movimentos e organizações no debate sobre a cooperação Sul-Sul governamental brasileira. Este desafio está estreitamente relacionado com a demanda por um Conselho Nacional de Política Externa (CONPEB).

→ **As fontes de financiamento para o engajamento da sociedade civil na cooperação Sul-Sul são escassas.** Há limites estabelecidos pela legislação que impedem a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outros órgãos públicos financiem atividades internacionais da sociedade civil. Diante da dificuldade em

garantir financiamento público e recursos próprios para projetos de intercâmbio Sul-Sul, os movimentos e organizações recebem também apoio financeiro das organizações do Norte. Isso, às vezes implica em menor autonomia para desenvolver a agenda da sociedade civil no intercâmbio.

→ **É fundamental que os movimentos e organizações brasileiros constituam mais espaços de articulação e construção de posicionamento comum para seu engajamento transnacional.** Sobre este ponto, a sociedade civil aponta que tem havido um enfraquecimento desses espaços dificultando a reorganização destes atores. Além disso, foi sublinhado a importância da coordenação entre os distintos intercâmbios que venham a realizar em um mesmo país, através do diálogo entre movimentos e organizações, dentro de uma estratégia comum. Nesse sentido, desenvolver um calendário de diálogo (que seja de conhecimento de todos os atores) e constituir uma plataforma de debate sobre a cooperação Sul-Sul no campo também são desafios consideráveis.

→ **Para estabelecer o intercâmbio internacional é importante fortalecer as capacidades das pessoas envolvidas.** Entre os conhecimentos necessários para o processo se destacam a metodologia participativa, o idioma (principalmente nos países não-lusófonos), questões étnicas,

culturais, geográficas, formação histórica do país que trabalharão. O número limitado de militantes, a necessidade de identificar e preparar lideranças, renovar o movimento e fortalecer núcleos de base são problemas que podem restringir o processo transnacional. Ainda no que se refere às capacidades, é fundamental que movimentos e organizações reconheçam a diversidade de atores sociais envolvidos nos processos transnacionais (por exemplo, os povos indígenas) e por isso evitar imposição de formatos, conceitos e modelos pré-definidos na agenda do intercâmbio e do diálogo político. Além disso, o processo transnacional depende da consolidação e do cumprimento de um planejamento do trabalho e da visibilidade, comunicação e sistematização das experiências transnacionais.

→ **Retrocessos nas políticas domésticas impedem que os movimentos e organizações brasileiros dediquem mais tempo e recursos para ações transnacionais.** De forma geral, organizações sociais relataram dificuldade para sensibilizar a sociedade brasileira em relação as suas agendas e projetos. O conservadorismo nas relações institucionais com o governo e nas negociações internacionais e a criminalização de movimentos sociais também são aspectos desafiantes que entram o engajamento transnacional Sul-Sul da sociedade civil.

→ **Os espaços de participação nas organizações intergovernamentais podem ser limitados por fatores como vontade e conjuntura política dos governos envolvidos.** Por isso, há necessidade de fortalecer a convergência entre os movimentos brasileiros. A fragilidade das organizações parceiras de países do Sul complica o quadro, pois dificulta maior incidência conjunta.

→ **Atentar para as questões de gênero e as especificidades de cada contexto.** O poder do patriarcado é um desafio encontrado pelos movimentos e organizações e deve ser reconhecida como uma questão que precisa ser adereçada de acordo com cada contexto.

→ **Consolidar intercâmbios, garantindo permanência e concretude de ações e resultados, demanda recursos financeiros, disponibilidade de pessoas e tempo.** É necessário desenvolver um trabalho de formação (prática, política e formativa) com o parceiro, afim de gerar construção de capacidades para a sustentabilidade das iniciativas. Para conquistar a sustentabilidade do intercâmbio é importante que um mesmo grupo de pessoas da parte brasileira acompanhe as diferentes etapas do projeto no país junto a parceiros.



3.2

APRENDIZADOS

→ **A mobilização política é essencial na cooperação transnacional.** Isso quer dizer que a cooperação não é meramente técnica. O debate feito pelos movimentos camponeses, sindicatos rurais e organizações não governamentais por um novo modelo de desenvolvimento rural exige uma crítica política visando a transformação do sistema de produção alimentícia. Neste processo sistêmico é necessário reconhecer a força e a importância do trabalho coletivo e comunitário através das associações e cooperativas. O desenvolvimento sustentável e inclusivo só pode ser alcançado através da criação de alianças e coalizões, bem como da consciência e autonomia política dos indivíduos. Nesse sentido, questões políticas no intercâmbio, inclusive as questões transversais (gênero e juventude, por exemplo) devem ser trabalhadas a partir da prática no campo.

→ **A atuação transnacional gera um acúmulo de conhecimento técnico e de leitura política que fortalece o movimento e/ou organização e o trabalho local desenvolvido por estes.** Há enriquecimento de abordagens, metodologias e pressupostos. Os intercâmbios também estimulam a consciência sobre processos de luta política em outras localidades. Como consequência, as experiências externas das organizações geram reconhecimento de suas agendas e ações dentro e fora do Brasil, inclusive em redes e espaços internacionais de concertação.

→ **A cooperação governamental brasileira deve respeitar os direitos humanos das populações no países parceiros e as experiências que deram certo no Brasil devem observar critérios não interfiram nesses direitos.** A cooperação governamental brasileira deve respeitar os direitos humanos das populações no países parceiros e as experiências que deram certo no Brasil devem observar critérios não interfiram nesses direitos.

→ **Intercâmbios sustentáveis, a longo prazo e continuados, geram impactos maiores.** Para que isso seja possível os movimentos e organizações precisam investir recursos para preparação do trabalho, mas também devem pensar em condições ideais para que os parceiros consigam se apropriar do projeto e dar sequência a ele.

→ **Ter conhecimento da realidade do país, região e/ou território trabalhado no intercâmbio exige preparação e é fundamental para o processo de trocas.** Em geral, há o reconhecimento de que é necessário entender bem a realidade dos movimentos ou organizações parceiras. Assim, boa parte do começo do projeto deve focar no entendimento sobre o outro.

→ **Os intercâmbios devem ser construídos coletivamente com as organizações parceiras.** É preciso respeitar os diferentes “processos” da sociedade civil de cada país e contruir coletivamente os conteúdos e estratégias de ação. Em outras palavras, é importante considerar a interculturalidade como um aspecto importante da relação com o movimento ou organização parceira.



4.

DOCUMENTOS E SITES DE REFERÊNCIA

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília (orgs). A cooperação Sul-Sul dos povos de Brasil e Moçambique: memória da resistência ao ProSavana e análise crítica de seu plano diretor. 1. Ed. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

AIER, Jessica; GYOERI, Mario; SILVA, Anna Carolina. PAA Africa Senegal – Monitoring Report. IPC-PNUD: Brasília, 2016.

CERESAN-CPDA (UFRJ) Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ceresan/>

CIFUENTES, Luz Stella. Visita de intercambio CNA al Brasil. Coordinador Agrario del Colombia. Abril, 2012. Disponível em: <http://cna-colombia.blogspot.com.br/2012/05/visita-de-intercambio-cna-al-brasil-por.html>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Site oficial. 2016. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>

DIÁLOGO DOS POVOS. Latin America Africa People's Dialogue. On Relations between the State and social movements. 2009. Disponível em: http://www.esaff.org/images/latin_america-africa_peoples_dialogue_june_2009.doc

DIPAULO, Isabella; MIRANDA, Ana Carla. PAA Africa Mozambique – Monitoring Report. IPC-PNUD: Brasília, 2016.

_____. PAA Africa Niger – Monitoring Report. IPC-PNUD: Brasília, 2016.

FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARA ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. Site oficial. Disponível em: <http://fase.org.br/>

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. Site oficial. 2016. Disponível em: <http://www.fetra.org.br/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Site oficial. Disponível em: www.fbssan.org.br



INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS. Site oficial. Disponível em: <http://ibase.br>

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. Site oficial. Disponível em: www.inesc.org.br

MALERBA, Juliana. Yasuni cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras. In: Vários movimentos(orgs.) Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: [http://www.rls.org.br/sites/default/files/\(9\)%20Transnacionais%20-%20miolo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.rls.org.br/sites/default/files/(9)%20Transnacionais%20-%20miolo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf)

MIRANDA, Rosana; KLUG, Israel; BRAZ, Lorena (orgs). O PAA e a participação da sociedade civil: visões, limites e caminhos para o futuro. 2015. Disponível em: http://paa-africa.org/pt/wp-content/uploads/sites/6/2015/09/PAA_Africa_Participacao_Social_REvCGFOME_final.pdf

MIRANDA, Ana Carla. PAA Africa Malawi – Monitoring Report. PAA Africa; IPC-PNUD: Brasília, 2016.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Site Oficial. 2016. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Site oficial. 2016. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Site oficial. 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>

PACHECO, Maria Emília Lisboa (org.). Seminário Internacional Desafios Globais para o Direitos à Alimentação, a Soberania Alimentar e Nutricional e os papéis do Brasil. Brasília: CONSEA, Oxfam, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

PINTO, João A. Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional dos Países da CPLP. Roma: FAO, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3348p/i3348p.pdf>

SUYAMA, Bianca; POMEROY, Melissa. Supporting autonomy and resistance The Brazil-Mozambique-South Africa native seed bank project. Disponível em: http://www.mspguide.org/sites/default/files/case/4_web.pdf

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Site oficial. Disponível em: <https://redejusticaambiental.wordpress.com/>

REDE GLOBAL PELO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Global Network for the Right to Food and Nutrition Chapter. 2013. Disponível em: http://www.fian.org/fileadmin/media/publications/GNRtFN_-_Formatted_Charter.pdf

REDE GLOBAL PELO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição. A nutrição dos povos não é um negócio. Ed. 7, 2015. Disponível em: http://www.rtfn-watch.org/fileadmin/media/rtfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2015/RtFNWatch_PT_web.pdf

SILVA, Valter Israel; SCHNEIDER, Gilberto (orgs). Internacionalismo e Solidariedade entre os povos: Cooperação camponesa uma via de mão dupla. Fevereiro de 2015.

SILVA, Valter Israel da; SCHNEIDER, Gilberto. Recuperação, reprodução, manutenção de sementes nativas - um intercâmbio entre o MPA e a UNAC-Moçambique. Direção nacional do MPA. Brasília: 2013. 24p. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/bibliotecas/nossas-publicacoes/recuperacao-reproducao-manutencao-de-sementes-nativas-um-intercambio>

TAVARES, Helena; KLUG, Israel. PAA Africa Phase 1 Learning and Results Report. 2015. Disponível em: http://paa-africa.org/pt/wp-content/uploads/sites/6/2015/09/PAA_Africa_Participacao_Social_REvCGFOME_final.pdf

TUFANI, Claudia. PAA Africa Ethiopia – Monitoring Report. PAA Africa; IPC-PNUD: Brasília, 2016.



